



Relatório da Administração

Exercícios de
2020 e 2019

ENGIE Brasil Energia S.A.

CNPJ: 02.474.103/0001-19
NIRE: 42 3 0002438-4
R. Paschoal Apóstolo Pitsica, 5064
Agronômica - Florianópolis - SC
CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e senhores acionistas,

A Administração da ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”, “ENGIE” ou “Companhia”) submete para apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2020 e 2019, em conformidade com as práticas contábeis internacionais e as adotadas no Brasil. Acompanham este documento o relatório dos Auditores Independentes e os pareceres do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2020. As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais e em base consolidada, exceto quando indicado de outra forma.

O presente documento cumpre a exigência da Lei nº 6.404/76 e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28.12.1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). É prioritariamente destinado aos acionistas da Companhia, estando, porém, à disposição para acesso público nos websites da ENGIE Brasil Energia, da CVM e da B3, sendo ainda publicado em mídia no estado onde está localizada a sede da Companhia – Santa Catarina – de acordo com a legislação brasileira.

Em complemento a este Relatório, a Companhia publica, ao final de abril, o Relatório de Sustentabilidade, com conteúdo mais abrangente, desenvolvido conforme as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Era abril de 2020 quando lançamos nosso último Relatório de Sustentabilidade. Imersos em um cenário de incertezas, resultante da pandemia do novo coronavírus recém constatada, buscávamos, como reportamos à época, compreender riscos, prever impactos e adaptar nossas atividades. Naquele momento, todos os nossos esforços estavam centrados em assegurar a oferta de energia – essencial à sociedade – e, ao mesmo tempo, proteger as pessoas, garantindo a saúde integral de nossos times e o apoio às comunidades nas quais a Companhia está inserida.

Com base nesses compromissos enfrentamos, juntos, a crise e seus desdobramentos. Fechamos 2020 com receita líquida superior a R\$ 12 bilhões, 25% acima de 2019, Ebitda de R\$ 6,5 bilhões e lucro líquido de R\$ 2,8 bilhões, ambos com crescimento superior a 20% no período. Entre os fatores que colaboraram para a evolução desses números estão a repactuação do risco hidrológico e a contribuição da TAG e do segmento de transmissão, além da combinação das variações de volume de energia vendida e do preço médio líquido de venda. Para além desses fatores, sabemos que os resultados refletem o empenho coletivo para vencer adversidades, expresso no comprometimento exemplar de nossos colaboradores, no apoio de nosso Conselho de Administração e de nosso acionista controlador e na corrente de cooperação formada dentro e fora da Companhia.

Comprovamos, assim, a assertividade de ações estratégicas, estruturadas nos últimos anos, no sentido de tornar a ENGIE Brasil Energia cada vez mais resiliente e conectada ao futuro. Exemplo disso, o processo de digitalização, intensivo desde 2015, foi fundamental para que conseguíssemos, em dois dias, colocar cerca de 70% dos colaboradores em *home office*. Da mesma forma, a operação remota de grande parte de nosso parque gerador ajudou a reduzir riscos e manter o desempenho das usinas. Isso só foi possível porque já contávamos com sistemas e ferramentas adequados, bem como equipes capacitadas e dispostas a ajustar rotinas e processos.

A busca por soluções para o delicado contexto do setor elétrico, dada a abrupta queda de consumo e o potencial aumento da inadimplência para as distribuidoras, reforçou a necessidade de medidas urgentes no setor. Junto a outros agentes do mercado, debatemos as alternativas de apoio aos elos mais sensíveis da cadeia, trabalhando em soluções que concedessem fôlego às empresas afetadas de forma aguda pela crise. Mais uma vez, a união dos agentes do setor culminou em decisões equilibradas, que impediram um choque ainda maior à atividade produtiva do país, e confirmaram a maturidade regulatória dos atores do setor elétrico brasileiro.

Com recursos assegurados junto ao mercado, nos mantivemos calçados em nossa disciplina financeira e consistente entrega de resultados para cumprirmos os planos de investimentos desenhados para 2020. Seguimos com a implantação de três grandes projetos: o Conjunto Eólico Campo Largo II, no Nordeste, e os Sistemas de Transmissão Novo Estado, no Norte, e Gralha Azul, no Sul. Embora tenhamos enfrentado restrições impostas pela pandemia – e, no caso de Gralha Azul, impasses judiciais relacionados ao licenciamento ambiental, que levaram à paralisação temporária das obras –, fechamos o ano com os planos ajustados para garantir o menor impacto possível sobre os cronogramas.

O ritmo aguerrido das equipes de campo – que mantiveram a excelência operacional com medidas de contingência sendo fielmente executadas para controlar riscos de contágio – foi acompanhado por nossos profissionais das áreas administrativas e de negócios. Além de apoiar as atividades de implantação e operação, esses colaboradores encontraram espaço para inovar, em benefício de diferentes *stakeholders*. Aos clientes do Mercado Livre de Energia, por exemplo, entregamos o E-conomiza, solução dedicada a facilitar a migração de pequenas e médias empresas para o ambiente de contratação livre, e também o Energy Place, uma plataforma digital de relacionamento que permite gerenciar contratos e adquirir energia no curto prazo – tudo de forma online, ágil e segura.

Para os colaboradores, criamos ferramentas que propiciassem a conexão – não apenas com o propósito dos negócios, mas especialmente de uns com os outros. Entre os destaques, os programas dedicados à convivência e à saúde mental incluíram uma série de eventos online, campanhas de engajamento e apoio psicológico. Somadas aos protocolos sanitários adotados, essas ações orientaram nossos times quanto ao retorno gradual voluntário e seguro às atividades nas instalações da Companhia. Contribuíram, ainda, para o aprendizado sobre novos formatos de trabalho, que devem nos acompanhar daqui para frente.

Às comunidades das quais a ENGIE Brasil Energia faz parte, levamos modelos diferentes de apoio. A crise sanitária exigiu priorizar o auxílio imediato aos mais vulneráveis, a fim de suprir o básico para enfrentar a perda de trabalho e renda, e, também, ajudar instituições de saúde na melhoria das condições de atendimento à população. Esses dois eixos guiaram nossas ações de responsabilidade social em meio à pandemia, definindo o destino de mais de R\$ 7 milhões. Parte desses recursos veio da Campanha de Solidariedade, que contou com forte participação de nossos colaboradores, reforçando o engajamento comunitário como traço fundamental da cultura da Companhia.

Seguimos dedicados à construção do futuro. O choque mundial causado pela pandemia disparou o alerta para um dilema também global, com o qual estamos conectados diretamente: as mudanças do clima – que tendem a causar impactos econômicos, sociais e ambientais em escala tão ou mais desafiadora quanto a vivenciada em 2020. A perspectiva ratifica a urgência da descarbonização, componente da estratégia de negócios da ENGIE – e um processo absolutamente necessário para assegurar prosperidade a longo prazo. Cientes disso, seguimos priorizando investimentos na geração de energia a partir de fontes renováveis. Iniciaremos em 2021 as obras da primeira fase do Conjunto Eólico Santo Agostinho, no Rio Grande do Norte, que agregará 434 MW à capacidade instalada da Companhia, com geração dedicada ao Mercado Livre de Energia.

Em outra frente, daremos sequência ao plano de descarbonização de nossos ativos. A Termelétrica Pampa Sul, no Rio Grande do Sul, terá seu processo de prospecção por compradores retomado. Com relação ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, em Santa Catarina, formamos um Grupo de Trabalho especial, que se dedicará a estudar alternativas para o ativo. O estudo inclui a avaliação aprofundada de implicações socioeconômicas, a partir do diálogo com todas as partes interessadas. Estamos confiantes que o compartilhamento dos desafios envolvidos nesse movimento conduzirá a soluções também construídas de forma colaborativa, ao longo dos próximos anos.

Sabemos que transformações necessárias à transição energética seguirão exigindo adaptações do setor de energia, mobilizando agentes públicos e privados. Em 2020, tivemos avanços regulatórios importantes, como a Medida Provisória nº 998, que criou condições para avançar na modernização do setor elétrico no Brasil, tornando-o cada vez mais sustentável e competitivo, e a Lei nº 14.052, que pôs fim à paralisia do mercado de curto prazo, dando solução definitiva aos problemas causados aos geradores hidrelétricos quando da crise hídrica do início da década passada. Esses dois exemplos fortalecem a segurança regulatória do setor, que segue se modernizando, ano a ano. A expectativa de melhoria também se faz presente na evolução dos debates sobre a Nova Lei do Gás, com enorme potencial para dinamizar o setor, e aumentar a integração entre gás e energia elétrica.

Tornar o ambiente mais favorável aos negócios será fundamental para a retomada da economia brasileira, abrindo caminho para o crescimento. A ENGIE Brasil Energia confia plenamente no potencial de desenvolvimento sustentável do país e, como comprovamos no atípico 2020, está preparada para contribuir com a superação dos desafios que se impõem ao futuro, de forma íntegra, corajosa e responsável.

Boa leitura!

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2020

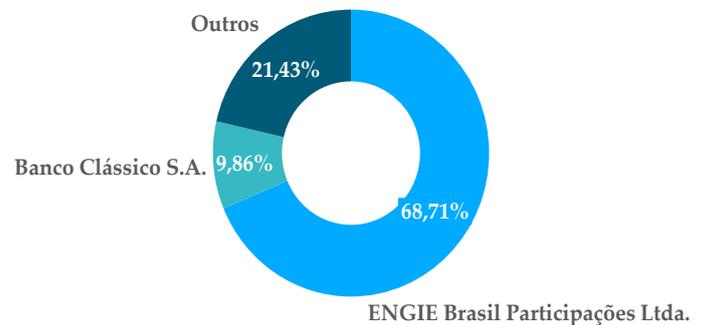
- **Integrante da Carteira 2021 do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3** – pelo 16º ano consecutivo, desde que o ISE foi criado.
- **Integrante da Carteira 2021 do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3** pela primeira vez.
- Pelo segundo ano consecutivo, **Melhor Empresa do Setor de Energia no Prêmio Época Negócios 360º, promovido pela Revista Época Negócios, da Editora Globo.**
- Vencedora do **Troféu Transparência da Associação Nacional Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac)** – na categoria “Empresas com receita líquida acima de R\$ 8 bilhões”, pela 11ª vez.
- Melhor Empresa do Setor de Energia no **Prêmio As Melhores da Dinheiro**, concedido pela Revista Istoé Dinheiro.
- **Prêmio Expressão de Ecologia** - categoria energias limpas setor privado - promovido pela 27ª vez pela Editora Expressão, com o projeto “Unidade de Cogeração Lages: um exemplo do potencial transformador da economia circular e geração de energia renovável.”
- Presença no **Ranking da Revista Institutional Investor (Electric & Other Utilities – Latin America)**, com as seguintes classificações:
 - ENGIE Brasil Energia: 1ª posição no setor;
 - Melhor CEO: 1ª posição *overall* e *sell-side*;
 - Melhor CFO: 2ª posição *overall* e *sell-side*;
 - Melhor Área de RI: 1ª posição *overall* e *sell-side*;
 - Melhor profissional de RI: 1ª posição *overall* e *buy-side*;
 - Melhor *Analyst Day*: 1ª posição *overall* e *sell-side*;
 - Melhores métricas ESG: 1ª posição *overall*, *sell side* e *buy side*.
- Destaque na **ALAS20 (Agenda Líderes Sustentables 2020)**, iniciativa latino-americana que avalia práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável e à governança corporativa. Entre as companhias brasileiras, a ENGIE Brasil Energia obteve os seguintes reconhecimentos:
 - Categoria “Líderes em relações com investidores”: 4ª posição.
 - Categoria “Líderes em sustentabilidade”: 3ª posição.
 - Categoria “Líderes em governança corporativa”: 3ª posição.

A COMPANHIA

Presente há 22 anos no Brasil, a ENGIE Brasil Energia atua como uma operadora de infraestrutura de energia, segmentando suas atividades entre geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading* e transmissão. Em 2019, passou a atuar também no transporte de gás natural, ao adquirir uma parcela da Transportadora Associada de Gás (TAG). Somados, todos esses empreendimentos mantêm atividades, de forma direta, em 21 estados brasileiros.

Ao final do ano, o capital social da Companhia somava R\$ 4.903 milhões, com um total de 815.927.740 ações ordinárias negociadas regularmente na B3. A ENGIE Brasil Energia também negocia *American Depositary Receipts* (ADRs) Nível I no mercado de balcão norte-americano, sob o código EGIEY, seguindo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

Estrutura acionária



Segmentos de atuação ENGIE Brasil Energia

TRANSMISSÃO (em construção)

~ 2.800 km de linhas de transmissão
6 novas subestações

GERAÇÃO CENTRALIZADA

60 usinas operadas
8.710,5 MW capacidade instalada própria
6,2% da capacidade instalada de geração no país

GERAÇÃO SOLAR DISTRIBUÍDA

2.598 sistemas fotovoltaicos instalados desde 2016, o que corresponde a 53,8 MWp de capacidade instalada



TRADING

Início das operações em 2018
5.893 GWh de energia vendida, o que corresponde a 13,5% do total comercializado

TRANSPORTE DE GÁS

32,5% de participação da ENGIE Brasil Energia no empreendimento
4.500 km de gasodutos em operação nas Regiões Sudeste, Nordeste e Norte
47% da capacidade de transmissão de gás do país

MISSÃO: Oferecer soluções inovadoras e sustentáveis em energia.

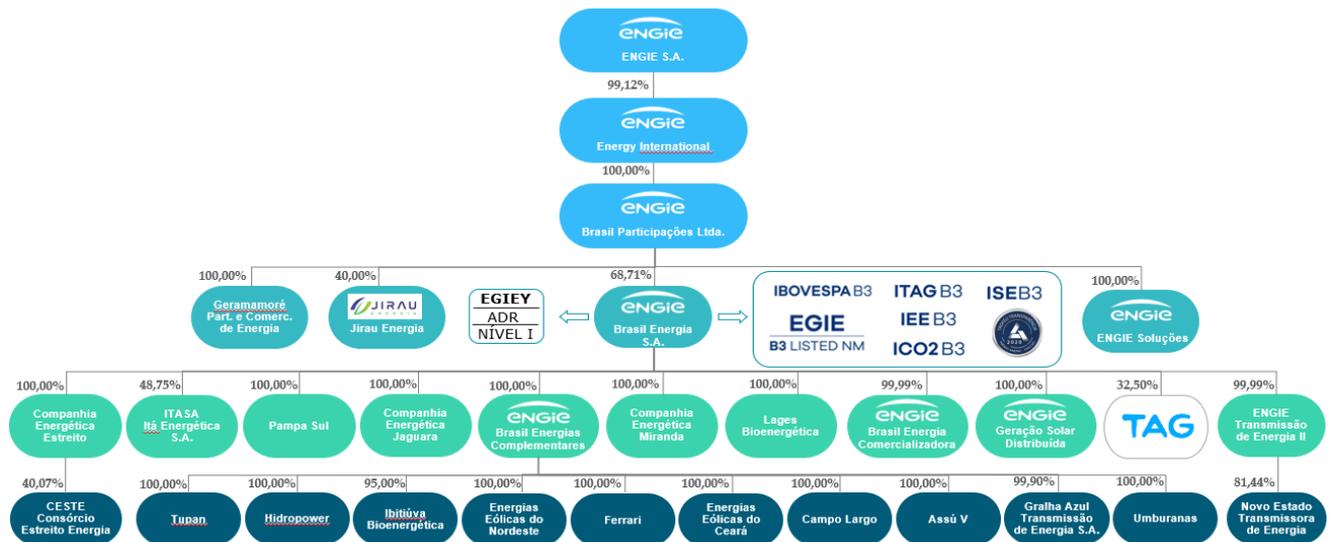
VISÃO: Transformar a relação das pessoas com a energia para um mundo sustentável.

VALORES: Profissionalismo, cooperação, espírito de equipe, respeito ao meio ambiente, criação de valor, ética.

Estrutura societária

Conforme demonstra o infográfico a seguir, a ENGIE Brasil Energia controla subsidiárias e mantém participações em consórcios concessionários de usinas que compõem seu parque gerador. Em 2020, as principais alterações societárias ocorridas foram o aumento da participação societária na TAG, de 29,25% para 32,5%, e a inclusão da Novo Estado Transmissora de Energia.

Estrutura societária* (em 31.12.2020)



* Estrutura simplificada

Portfólio de ativos (em 31.12.2020)



Detalhamento dos ativos (em 31.12.2020)

Usinas Hidrelétricas		Capacidade instalada total (MW)	Garantia física total (MWm)	Propriedade	Capacidade instalada própria (MW)	Garantia física própria (MWm)	Vencimento da concessão/autorização ¹
1	Salto Santiago	1.420,0	733,3	100%	1.420,0	733,3	27.09.2028
2	Itá	1.450,0	740,5	69,0%	1.126,9	564,7	16.10.2030
3	Salto Osório	1.078,0	502,6	100%	1.078,0	502,6	27.09.2028
4	Cana Brava	450,0	260,8	100%	450,0	260,8	26.08.2033
5	Estreito	1.087,0	641,1	40,1%	435,6	256,9	26.11.2037
6	Jaguara	424,0	341,0	100%	424,0	341,0	28.12.2047
7	Miranda	408,0	198,2	100%	408,0	198,2	28.12.2047
8	Machadinho	1.140,0	547,1	19,3%	403,9	165,3	14.07.2032
9	São Salvador	243,2	148,2	100%	243,2	148,2	22.04.2037
10	Passo Fundo	226,0	113,1	100%	226,0	113,1	27.09.2028
11	Ponte de Pedra	176,1	133,6	100%	176,1	133,6	30.09.2034
Total		8.102,3	4.359,5		6.391,7	3.417,7	
Usinas Termelétricas		Capacidade instalada total (MW)	Garantia física total (MWm)	Propriedade	Capacidade instalada própria (MW)	Garantia física própria (MWm)	Vencimento da concessão/autorização
12 ²	Complexo Jorge Lacerda	857,0	649,9	100%	857,0	649,9	27.09.2028
13	Pampa Sul	345,0	323,5	100%	345,0	323,5	30.03.2050
Total		1.202,0	973,4		1.202,0	973,4	
Usinas Complementares		Capacidade instalada total (MW)	Garantia física total (MWm)	Propriedade	Capacidade instalada própria (MW)	Garantia física própria (MWm)	Vencimento da concessão/autorização
14 ³	Conjunto Umburanas Fase I (Eólico)	360,0	213,3	100%	360,0	213,3	03.08.2050
15 ⁴	Conjunto Campo Largo (Eólico)	326,7	166,5	100%	326,7	166,5	03.08.2050
16 ⁵	Conjunto Trairi (Eólico)	212,6	100,8	100%	212,6	100,8	04.02.2045
17	Ferrari (Biomassa)	80,5	35,6	100%	80,5	35,6	26.07.2042
18	Assu V (Solar)	30,0	9,2	100%	30,0	9,2	07.06.2051
19	Lages (Biomassa)	28,0	16,5	100%	28,0	16,5	28.10.2032
20	Rondonópolis (PCH)	26,6	14,0	100%	26,6	14,0	18.12.2032
21	José G. da Rocha (PCH)	24,4	11,9	100%	24,4	11,9	18.12.2032
22	Ibitiúva (Biomassa)	33,0	17,3	69,3%	22,9	12,0	05.04.2030
23	Nova Aurora P&D (Solar)	3,0	não aplicável	100%	3,0	não aplicável	não aplicável
24	Tubarão P&D (Eólica)	2,1	não aplicável	100%	2,1	não aplicável	não aplicável
Total		1.126,9	585,1		1.116,8	579,8	
Total geral		10.431,2	5.918,0		8.710,5	4.970,9	

Gasodutos		Extensão	Propriedade	Estações de Compressão	Vencimento da concessão/autorização
25	Transportadora Associada de Gás (TAG)	4.500 km	32,5%	11	De 2039 a 2041

Expansão - Geração		Capacidade instalada total (MW)	Garantia física total (MWm)	Propriedade	Capacidade instalada própria (MW)	Garantia física própria (MWm)	Vencimento da concessão/autorização
26 ⁶	Jirau (Hidro)	3.750,0	2.212,6	40%	1.500,0	884,6	13.08.2043
27	Conjunto Eólico Campo Largo II (Eólico)	361,2	192,5	100%	361,2	192,5	10.12.2054

Expansão - Transmissão		Extensão	Propriedade	Subestações	Vencimento da concessão/autorização
28	Gralha Azul	1.000 km	100%	5	03.2048
29	Novo Estado	1.800 km	100%	1	03.2048

(1) Não considera a extensão de concessões de certas usinas, decorrente da adesão à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020.

(2) Complexo composto por 3 Usinas.

(3) Conjunto composto por 18 centrais eólicas.

(4) Conjunto composto por 11 centrais eólicas.

(5) Conjunto composto por 8 centrais eólicas.

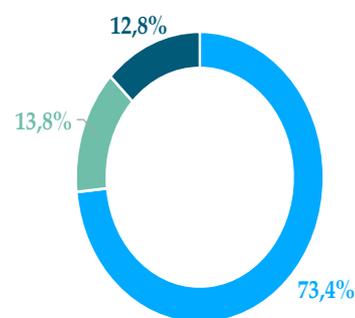
(6) A transferência da participação de 40,0% da ENGIE Brasil Part. na Usina Hidrelétrica Jirau para a Companhia deverá ser avaliada oportunamente.

Geração centralizada

Em 31.12.2020, a ENGIE Brasil Energia operava um parque gerador com capacidade instalada de 10.431,2 MW, composto por 60 usinas – 11 hidrelétricas, quatro termelétricas convencionais e 45 usinas complementares: duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 38 eólicas, três a biomassa e duas solares fotovoltaicas. A Companhia controla integralmente 56 desses empreendimentos – nos demais, participa dos consórcios que detêm a concessão ou autorização para operar. Assim, a capacidade instalada total própria, ao final de 2020, era de 8.710,5 MW, em uma matriz formada, predominantemente, por fontes renováveis (86,2% do total).

Em decorrência do compromisso da Companhia com a descarbonização de seu portfólio, o estudo de alternativas para o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda (SC) e para a Usina Termelétrica Pampa Sul (RS) seguiu em curso, incluindo sondagens de mercado, ainda sem desfecho. Com relação ao Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, um Grupo de Trabalho, composto por profissionais de diversas áreas, foi formado para melhor articular esse processo junto a autoridades, parceiros comerciais e comunidade. A Termelétrica Pampa Sul, por sua vez, terá sondagens comerciais para venda intensificadas em 2021 – um processo que estava em ritmo menos acelerado até então em virtude das atividades de construção e testes operacionais do ativo.

Matriz energética da ENGIE Brasil Energia – capacidade instalada própria



■ Hidrelétricas ■ Termelétricas ■ Complementares

Transporte de gás

A Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) é a maior transportadora de gás natural do Brasil, responsável por uma infraestrutura que inclui 4.500 km de gasodutos de alta pressão. Essa malha se estende pelo litoral das Regiões Sudeste e Nordeste, além de um trecho entre Urucu e Manaus, no Amazonas, atravessando 10 estados brasileiros e 181 municípios.

A rede de gasodutos possui diversos pontos de interconexão: 10 distribuidoras de gás, 13 pontos de entrada de gás (incluindo dois terminais de Gás Natural Liquefeito - GNL) e 90 pontos de saída de gás, além de 11 estações de compressão. Atende, também, refinarias, plantas de fertilizantes e usinas termelétricas.

Em julho de 2020, a ENGIE Brasil Energia adquiriu em conjunto com os atuais sócios – uma subsidiária da ENGIE S.A. e Caisse de dépôt et placement du Québec (CDPQ) – pelo valor de R\$ 1.006,7 milhões, a participação acionária minoritária de 10% que ainda pertencia à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), passando, a Companhia, a deter 32,5% das ações da TAG.

Estrutura societária - TAG



A presença da Companhia no segmento de gás natural brasileiro está alinhada à estratégia global do Grupo ENGIE de liderar a transição energética, o que demanda infraestruturas de energia sofisticadas e em larga escala. Assim, os gasodutos da TAG contribuem para a diversificação e a descarbonização do mix energético no país.

Os serviços oferecidos pela TAG estão significativamente contratados – cerca de 99% – por um prazo médio de 10 anos, por meio de contratos vigentes com a Petrobras.

Detalhamento dos contratos da TAG

Gasoduto	Extensão (km)	Maturidade do contrato	Término da autorização	Volumes contratados (MM m³/dia)	% da Receita Operacional Líquida*	Índice de reajuste
Gasene	1.400	nov/33	mar/39	30,3	41,5%	IGPM/CPI/FX
Malha NE	2.000	dez/25	mar/39	21,6	22,0%	IGPM
Pilar-Ipojuca	200	nov/31	nov/41	15,0	6,0%	IGPM
Urucu-Coari-Manaus	800	nov/30	nov/40	6,7	30,5%	IGPM/IPCA
Lagoa Parda-Vitória	100	Em negociação	mar/39	0,7	0,0%	IGPM
Total	4.500,00			74,3	100,0%	

* Podem ocorrer variações na representatividade da receita entre os contratos.

Geração solar distribuída

A ENGIE Brasil Energia atua desde 2016 no mercado de geração distribuída, por meio da ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. ("EGSD"). A presença nesse segmento constitui um movimento estratégico, que contribui para uma matriz energética mais dinâmica e próxima do consumidor final.

Assim, a solução oferecida ao mercado pela Companhia é completa: da avaliação de viabilidade até a manutenção do sistema instalado, passando pelo desenho do projeto, a interface com a concessionária e o monitoramento da performance. Em 2020, destacaram-se os projetos de geração remota, nos quais a EGSD realiza os investimentos e aluga a infraestrutura implantada para os clientes (projetos *asset-based*).

Voltada ao segmento B2B, essa modalidade de contratação correspondeu a 92% da potência comercializada no ano, fortalecendo o relacionamento da Companhia com grandes empresas – o que ajuda a consolidar a estratégia do Grupo. Desde o início de suas operações, a EGSD alcançou a marca de 2.598 sistemas implantados, somando 53,8 MWp de capacidade instalada.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ética e integridade pautam a condução dos negócios e das relações na ENGIE Brasil Energia, que se empenha em assegurar os direitos dos acionistas, a transparência de suas ações e a mitigação de riscos, com vistas ao crescimento sustentável. Para tanto, atuamos alinhados às melhores práticas de governança, tais como as definidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa, e integramos o Novo Mercado – segmento de listagem da B3 composto por companhias com regras societárias mais rigorosas, que ampliam os direitos de investidores minoritários.

Ao longo de 2020, seguimos trabalhando na adaptação às mudanças no regulamento do Novo Mercado. Nesse sentido, o Conselho de Administração instalou, em maio, o Comitê de Auditoria – composto por três membros, dos quais dois independentes – para assessorar os conselheiros em questões relacionadas a gestão dos riscos, ética, controles internos, *compliance* e auditorias interna e externa, conforme sugerem as diretrizes mais recentes do Novo Mercado.

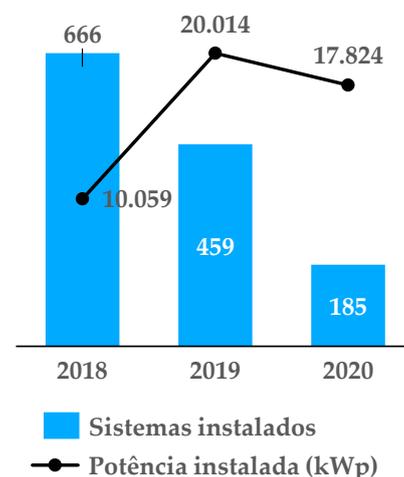
Em complemento, foi ratificada a certificação ISO 37001 da ENGIE Brasil, que avalia os requisitos e fornece orientação para estabelecer, implementar, manter, revisar e melhorar o sistema de gestão antissuborno corporativo.

Anualmente, a Companhia publica o Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa, no qual divulga quais os princípios e práticas de governança previstas no documento são seguidos pela ENGIE Brasil Energia – os não aplicados são justificados, conforme o princípio “pratique ou explique”. O Informe está disponível em nosso website – www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/. Cabe destacar, ainda, que o Código apoia a evolução contínua das práticas de governança da Companhia, sendo analisado regularmente pelo Conselho de Administração, como forma de monitoramento e reflexão quanto à conduta corporativa.

Políticas e diretrizes de gestão

Nossos valores e cultura organizacional são detalhados em códigos e políticas – validados pelo Conselho de Administração – e orientam os negócios e o relacionamento junto aos diferentes públicos com os quais interagimos.

Número de sistemas e potência instalada



Publicadas em nosso website, as Políticas e Códigos compartilhados com nossa cadeia de valor são:

- *Código de Ética e Guia de Práticas Éticas*: declaração pública dos padrões e valores de ética, transparência, respeito e integridade a serem seguidos por todos que direta ou indiretamente se envolvem em ações de responsabilidade da Companhia.
- *Política de Combate à Corrupção e Suborno*: estabelece o compromisso de obedecer a todas as leis de prevenção à corrupção e ao suborno na realização dos negócios.
- *Política de Gestão Sustentável*: expressa as diretrizes da Companhia em relação a qualidade, gestão da energia, meio ambiente, mudanças do clima, saúde e segurança no trabalho, responsabilidade social e engajamento de partes interessadas.
- *Política de Direitos Humanos*: registra os compromissos relacionados à proteção dos direitos humanos em projetos e operações, incluindo cuidados relativos à cadeia de valor.
- *Política de Investimentos e Derivativos*: elenca critérios para a aplicação de recursos disponíveis no mercado financeiro e limites para a utilização de derivativos.
- *Política de Divulgação de Informações e de Negociação de Ações*: define práticas de divulgação e uso de informações corporativas, além da política de negociação de valores mobiliários de emissão da ENGIE Brasil Energia, como ações e debêntures.
- *Política de Gestão de Riscos e Oportunidades*: busca manter e melhorar o valor, a reputação e a motivação interna da Companhia, encorajando a tomada de risco razoável em termos legais, aceitável e economicamente viável.
- *Políticas de Indicação, de Remuneração e Avaliação de Conselheiros, Diretores e Membros dos Comitês*: publicadas em 2019, conferem maior transparência às atividades e procedimentos da Alta Gestão da Companhia.
- *Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais*: Acompanhando a Lei nº 13.709/2018, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Regulamento Europeu UE 2016/679, estabelece princípios, padrões e responsabilidades sobre uso e armazenamento seguro de informações pessoais ou corporativas as quais a Companhia tem acesso a partir de suas interações.

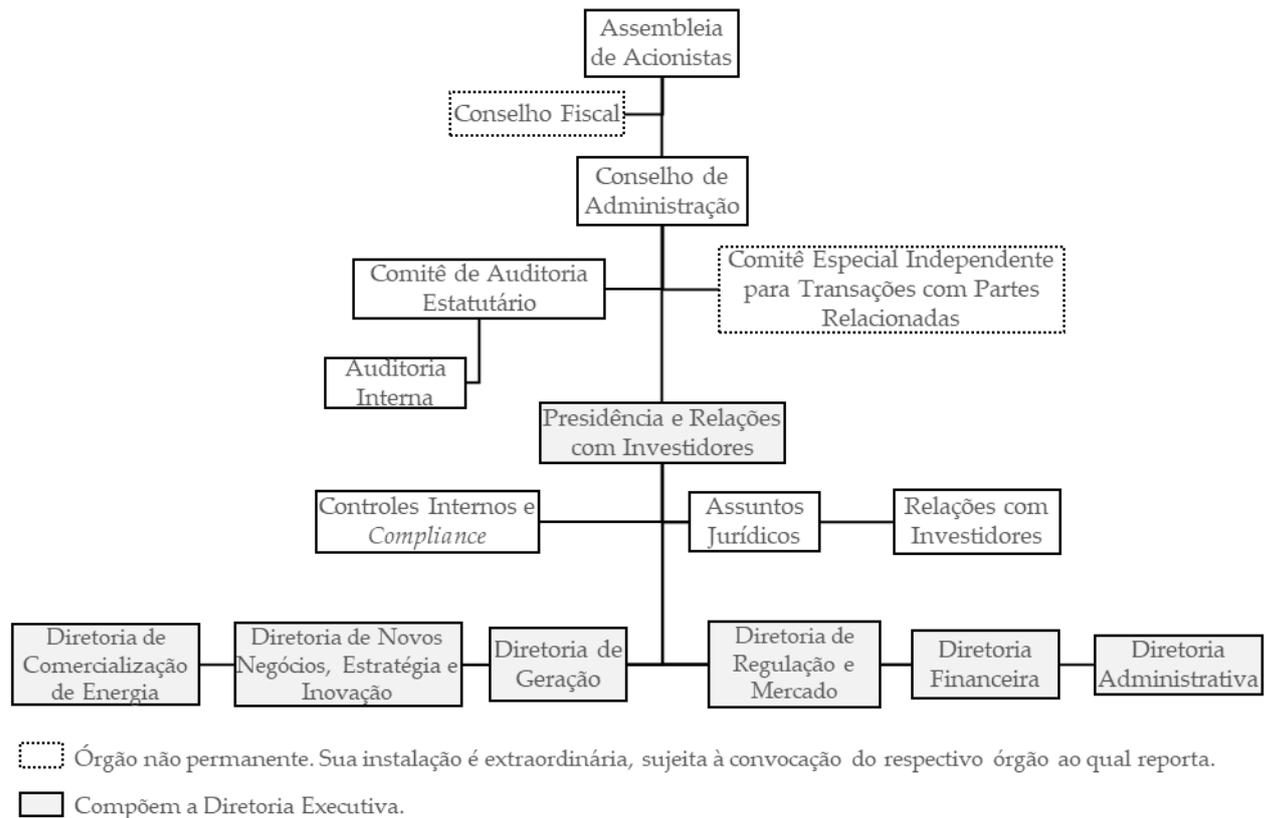
Todas as Políticas mencionadas podem ser acessadas no link:

<https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/>.

Estrutura da Administração

A Assembleia Geral dos Acionistas (AGA) constitui a instância máxima decisória na estrutura de governança da ENGIE Brasil Energia, seguida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva.

Organograma da Administração (em 31.12.2020)



Conselho de Administração

O Conselho de Administração da ENGIE Brasil Energia tem por atribuição estabelecer políticas, estratégias e diretrizes gerais para a condução dos negócios. A análise de aspectos e impactos econômicos, ambientais e sociais da Companhia também está sob responsabilidade dos conselheiros, que se reúnem ordinariamente para análise de desempenho, supervisão dos atos administrativos e orientação da Diretoria Executiva. Em conformidade com as melhores práticas de governança, nenhum dos membros do Conselho exerce função executiva na Companhia. O atual Conselho tomou posse em 28 de abril de 2020 para um mandato de dois anos. Em linha com os compromissos de ampliação da diversidade em todas as esferas, duas mulheres foram eleitas para integrar o órgão, pela primeira vez. Também se ampliou de dois para três o número de conselheiros independentes.

Conselho de Administração (em 31.12.2020)

Titulares	Suplentes
Maurício Stolle Bähr <i>Presidente</i>	<i>Gustavo Henrique Labanca Novo</i>
Paulo Jorge Tavares Almirante <i>Vice-presidente</i>	Raphael Vincent Philippe Barreau
Adir Flávio Sviderskei <i>Representante dos colaboradores</i>	Rubens José Nascimento <i>Representante dos colaboradores</i>
Dirk Achiel Marc Beeuwsaert	Gil de Methodio Maranhão Neto
Karin Koogan Breitman <i>Conselheira independente</i>	Manoel Arlindo Zaroni Torres <i>Conselheiro independente</i>
Manoel Eduardo Lima Lopes <i>Conselheiro independente e representante dos minoritários</i>	Raquel da Fonseca Cantarino <i>Conselheira independente e representante dos minoritários</i>
Paulo de Resende Salgado <i>Conselheiro independente</i>	Antonio Alberto Gouvêa Vieira <i>Conselheiro independente</i>
Richard Jacques Dumas	Leonardo Augusto Serpa
Simone Cristina de Paola Barbieri	Pierre Jean Bernard Guiollot

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal é um órgão colegiado não integrante da Administração, independente de quaisquer outros órgãos, ao qual cabe representar os acionistas, acompanhando a ação dos administradores, a fim de verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários. Dentre suas atribuições estão opinar sobre o Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras e propostas corporativas a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures ou bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão. A implementação anual do Conselho está condicionada à exigibilidade dos acionistas, conforme prevê a Lei das Sociedades por Ações.

Conselho Fiscal (em 31.12.2020)

Titulares	Suplentes
Waltamir Barreiros	Manuel Eduardo Bouzan de Almeida
Carlos Guerreiro Pinto	Vespasiano Pinto Salerno
Milre Felix Neto <i>Representante de acionistas minoritários</i>	Anderson Paiva Martins <i>Representante de acionistas minoritários</i>

Comitê de Auditoria

De caráter permanente, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração com as seguintes funções: opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; avaliar as demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos; analisar e monitorar as exposições de risco e avaliar, monitorar e recomendar à Administração a correção ou aprimoramento de políticas corporativas. Deve ser composto por, no mínimo, três membros, todos designados pelo Conselho de Administração, sendo ao menos um deles conselheiro de administração independente e outro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. O atual Comitê de Auditoria tomou posse em 14 de maio de 2020 para um mandato de dois anos.

Comitê de Auditoria (em 31.12.2020)

Membros
Paulo de Resende Salgado <i>Membro Independente do Conselho de Administração e Coordenador do Comitê De Auditoria</i>
Manoel Eduardo Lima Lopes <i>Membro Independente do Conselho de Administração</i>
Carla Carvalho de Carvalho

Auditoria Interna

Atividade independente e objetiva, tem caráter consultivo, com foco na avaliação tempestiva para adicionar e proteger valor da Companhia, aprimorando suas operações. Estruturalmente, constitui uma Unidade Organizacional que se reporta ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e, também, ao Diretor-Presidente da ENGIE Brasil Energia. Tanto a designação quanto a destituição do Gerente da Auditoria Interna devem ser submetidas à análise e à manifestação do Comitê de Auditoria.

Diretoria Executiva

Eleita em Assembleia Geral, a partir da designação do Conselho de Administração, a Diretoria Executiva atua na forma de colegiado, com abordagem matricial de temas. Além do Diretor-Presidente, a quem cabe coordenar e orientar as atividades dos demais, outros seis diretores atuam na execução das estratégias definidas pelos conselheiros.

Em 2020, Luciana Moura Nabarrete, anteriormente Gerente da Unidade Organizacional Tecnologia da Informação e Digitalização, assumiu o cargo de Diretora Administrativa, em substituição a Júlio César Lunardi – destacado para atuar no projeto do Complexo Termelétrico Jorge Lacerda. Assim, Luciana tornou-se a primeira mulher a integrar a Diretoria, fortalecendo o compromisso da Companhia de ampliar a diversidade em todo o quadro funcional.

Diretoria Executiva (em 31.12.2020)

Nome	Cargo
Eduardo Antonio Gori Sattamini	Diretor-Presidente e de Relações com Investidores
Gabriel Mann dos Santos	Diretor de Comercialização de Energia
Guilherme Slovinski Ferrari	Diretor de Novos Negócios, Estratégia e Inovação
José Luiz Jansson Laydner	Diretor de Geração
Luciana Moura Nabarrete	Diretora Administrativa
Marcelo Cardoso Malta	Diretor Financeiro
Marcos Keller Amboni	Diretor de Regulação e Mercado

Como fato subsequente aos relatados nesta publicação, em Assembleia de Acionistas ocorrida em janeiro de 2021 foi aprovado o desmembramento da Diretoria de Geração em duas: a Diretoria de Operação (DO), responsável pelas atividades de gestão, engenharia, operação e manutenção dos ativos de geração e transmissão, a ser ocupada por José Luis Jansson Laydner, e a Diretoria de Implantação (DI), dedicada aos projetos em implantação, tendo como diretor Márcio Daian Neves, que anteriormente ocupava a Gerência do Sistema de Transmissão Gralha Azul (em construção).

Ética e integridade

Alinhados ao princípio de integridade, o Código de Ética e a Política de Combate à Corrupção e Suborno definem as diretrizes orientadoras das relações estabelecidas entre a ENGIE Brasil Energia e os diversos públicos com os quais interage. Em complemento, são disponibilizados a administradores e colaboradores guias com abordagens específicas, como o Procedimento de Brindes e Hospitalidades, o Guia de Relacionamento com Consultores de Negócios, o Guia de Ética nas Relações com Fornecedores e a recém lançada Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

Para fortalecer a cultura de *compliance*, contamos, ainda, com práticas regulares de prevenção e verificação de situações de risco e fatos impróprios, como processos de *due diligence*, auditorias, treinamentos e ações de conscientização, disposições contratuais e um programa de controle interno das atividades da Companhia. Em 2020, todos os colaboradores passaram por capacitação e reciclagem em preceitos éticos, subdivididos em quatro trilhas de conhecimento: (i) Nosso Grupo, Nossa Ética, (ii) Proteção de Dados Pessoais e Política de Privacidade e Dado Pessoais, (iii) Fraude, Corrupção e Tolerância Zero e (iv) Direitos Humanos. Uma quinta trilha, sobre Direito de Concorrência, foi oferecida em caráter não mandatário.

Dúvidas ou denúncias éticas

A Companhia mantém, desde 2019, um canal externo de reporte ou denúncias relacionadas a questões éticas, que complementa as plataformas internas dedicadas ao tema. O acesso se dá por meio do site <https://www.canalintegro.com.br/engiebrasil> ou do telefone 0800 580 2586 (ligação gratuita).

Todas as situações relatadas são mantidas em absoluto sigilo, com garantia de não retaliação. Independente do canal utilizado para manifestação, a apuração das denúncias é conduzida pelo Fórum de Ética da ENGIE Brasil Energia.

ESTRATÉGIA

A ENGIE Brasil Energia se empenha em responder com dinamismo aos desafios e oportunidades relacionados à transição energética, essencial à consolidação da economia de baixo carbono. Atenta aos impactos locais e globais que esse conjunto de transformações tem provocado nas atividades e na percepção de valor das empresas do setor, buscamos nos manter à frente desse processo no Brasil. Como grande operadora de infraestruturas em energia no país e no mundo, a Companhia mantém posição privilegiada para liderar essa transformação.

Com base nessa premissa, a estratégia corporativa pode ser sintetizada em três pilares fundamentais, que se complementam no alcance dos objetivos empresariais:

Expansão e diversificação

- Crescimento por aquisições (captura de oportunidades, com resultados no curto prazo).
- Crescimento orgânico (visão construtivista, para resultados de longo prazo).

Dinamismo comercial e na gestão de portfólio

- Relação adequada entre prazo, preço e gestão de riscos de mercado.
- Proximidade com clientes, por meio de ofertas customizadas para diferentes perfis de demanda e consolidação de parcerias.

Inovação e transição carbono-neutro (3Ds)

- Descarbonização.
- Descentralização.
- Digitalização.

Vantagens competitivas

A competitividade da ENGIE Brasil Energia está ancorada na combinação entre essencialidade das operações, expertise setorial, solidez financeira, dinamismo de mercado e boas práticas de gestão. A seguir, destacamos os desdobramentos e vantagens desses aspectos:

- *Setor fundamental:* o setor energético é estratégico ao desenvolvimento do país, por prover insumo fundamental à produção e à grande parte das atividades cotidianas da sociedade. Isso garante maior previsibilidade de receita e investimentos, visto que os projetos apresentam alto potencial de financiamento.
- *Liderança:* a Companhia é a maior produtora privada de energia do Brasil e sua controladora figura como maior produtora independente no mundo, o que reforça sua posição de referência, alavancando oportunidades de negócio.
- *Inteligência comercial:* a ENGIE Brasil Energia mantém altos níveis de contratação no longo prazo, reduzindo a exposição às oscilações do mercado em períodos mais curtos. Além disso, seu portfólio de vendas é balanceado entre clientes livres, de diferentes setores, e clientes regulados (distribuidoras).
- *Previsibilidade do fluxo de caixa:* os acordos comerciais, sejam de energia ou transporte de gás, possuem indexação e prazos alongados. A base de geração hídrica, com diversificação em fontes complementares, agrega maior segurança e previsibilidade.
- *Desempenho operacional elevado:* os empreendimentos operados pela Companhia apresentam altos índices de disponibilidade e confiabilidade. Contribuem para esse resultado as certificações NBR ISO 9001 (gestão da qualidade), NBR ISO 14001 (gestão do meio ambiente) e OSHAS 18001 (gestão da saúde e segurança no trabalho), presentes na maior parte das usinas. Nos últimos anos, temos investido na operação remota e manutenção preditiva dos empreendimentos, o que aumenta a padronização e otimiza os custos operacionais.
- *Estabilidade financeira:* a associação de forte geração de caixa, margem Ebitda média elevada, lucro líquido consistente e ausência de exposição cambial contribui para a estabilidade financeira da Companhia e sua consequente resiliência a cenários macroeconômicos desfavoráveis.

- *Classificação de risco diferenciada:* a Fitch Ratings atribuiu à ENGIE Brasil Energia Rating Nacional de Longo Prazo como 'AAA(bra)' e em escala global 'BB(bra)', um nível acima do *rating* soberano. Os ratings estão diretamente relacionados à captura de linhas de crédito atrativas, ampliando nossa competitividade no desenvolvimento de novos projetos.
- *Alto padrão de governança e sustentabilidade:* o Conselho de Administração, assim como a Diretoria Executiva, é composto por profissionais experientes, com perfil diversificado e amplo conhecimento do setor, devidamente preparados para tomadas de decisões que contemplem os interesses dos acionistas e demais públicos envolvidos. Assim, aspectos econômicos, sociais e ambientais são elementos indissociáveis nos processos decisórios.

Expansão e diversificação

A combinação entre alta seletividade de projetos de investimento, captação de recursos a custos competitivos, habilidade superior no planejamento e rigidez na execução e implantação tornaram a expansão da Companhia um dos elementos centrais da estratégia do negócio. Assim, a ENGIE Brasil Energia cresce de forma sustentável, mantendo altas taxas de retorno e aceitando riscos adequados ao perfil da organização.

Evolução da capacidade instalada própria em operação (em MW)



Usina Hidrelétrica Jirau

A Energia Sustentável do Brasil S.A. – que passou a se chamar Jirau Energia em janeiro de 2021 – é responsável pela manutenção, operação e venda da energia gerada pela Usina Hidrelétrica Jirau, localizada no Rio Madeira, em Porto Velho, Rondônia. Desde novembro de 2016, a UHE Jirau conta com todas as suas 50 unidades geradoras em funcionamento, totalizando 3.750 MW de capacidade instalada.

Em maio de 2017, a ENGIE Brasil Participações (EBP) divulgou a contratação do Banco Itaú BBA S.A. para a prestação de serviços de assessoria financeira na preparação de estudo econômico-financeiro para elaboração de proposta de transferência para a ENGIE Brasil Energia de sua participação de 40% na ESBR Participações S.A. (ESBRpar), detentora de 100% do capital social da Jirau Energia, e sua participação de 100% na Geramamoré Participações e Comercializadora de Energia Ltda. A avaliação da transferência foi colocada em espera, aguardando condições mais favoráveis para que as discussões sejam retomadas.

No acumulado do ano, a geração registrada pela Usina foi de 1.721,8 MW médios, 10,6% abaixo dos 1.926,4 MW médios de 2019, com fator de disponibilidade (FID) de 99,7%.

Conjunto Eólico Campo Largo II

Ao longo de 2020, a Companhia deu seguimento às atividades de implantação da Fase II do Conjunto Eólico Campo Largo, localizado nos municípios de Umburanas e Sento Sé, a aproximadamente 420 km de Salvador, Bahia. O desenvolvimento dessa fase soma 361,2 MW de capacidade instalada e 192,5 MW médios de energia assegurada, com investimento aproximado de R\$ 1,6 bilhão.

O Projeto se beneficiará da sinergia das estruturas existentes, como a subestação e a linha de transmissão, implementadas pela Companhia para atender os Conjuntos Eólicos Campo Largo e Umburanas – Fase I, que totalizam 686,7 MW de capacidade instalada. Com a implantação da segunda fase de Campo Largo, a capacidade instalada de energia eólica da ENGIE Brasil Energia ultrapassará a marca de 1 gigawatt (GW) na região. A energia de Campo Largo II será totalmente direcionada para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Todas as licenças de instalação para as 11 centrais que compõem o projeto foram obtidas, liberando as atividades em todas as áreas do empreendimento, e as licenças de operação para os primeiros parques já foram requeridas. O contrato de financiamento do empreendimento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi assinado em 27 de abril de 2020.

Ao final de 2020 permaneciam em andamento as obras civis, a instalação das redes de média tensão – que conectam os aerogeradores à subestação coletora – e a fabricação, entrega e montagem dos aerogeradores. Foram concluídas as obras de ampliação da subestação coletora e também se iniciou o comissionamento dos aerogeradores – os dois primeiros já receberam autorização para testes operacionais. Assim, o avanço geral da obra atingiu a marca de 72,4%. A entrada em operação comercial dos primeiros parques está prevista para fevereiro de 2021, e os últimos para o terceiro trimestre de 2021.

Conjunto Eólico Santo Agostinho – Fase I

Com capacidade instalada total de 434 MW, a primeira fase do conjunto eólico está localizada nos municípios de Lajes e Pedro Avelino, a aproximadamente 120 km da Cidade de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte. Em junho de 2016, foi emitida a licença prévia pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), órgão ambiental do estado do Rio Grande do Norte, declarando o empreendimento ambientalmente viável, sendo que em junho de 2020, foi protocolado no Idema a solicitação de licença de instalação.

Como fato subsequente aos relatados nesta publicação, em janeiro de 2021, a ENGIE assinou com a Siemens Gamesa o contrato de fornecimento dos aerogeradores, o que viabilizou o início da implantação da primeira fase do Conjunto Eólico Santo Agostinho, que irá atender clientes do mercado livre com 434 MW de capacidade instalada, tendo investimento previsto da ordem de R\$ 2,2 bilhões e geração de cerca de mil empregos na região.

Sistema de Transmissão Gralha Azul

Em 15 de dezembro de 2017, a ENGIE Brasil Energia arrematou no Leilão de Transmissão nº 02, promovido pela Aneel, o Lote 1, com cerca de mil quilômetros de extensão, localizados no Paraná. O projeto marcou o ingresso da Companhia no segmento de transmissão de energia no país. O empreendimento prevê ainda a instalação de cinco novas subestações de energia e ampliação de outras cinco existentes. O prazo de concessão do serviço público de transmissão – incluindo o licenciamento, a construção, a montagem e a operação e manutenção das instalações de transmissão – será de 30 anos, contados a partir da data da assinatura do contrato de concessão, com prazo limite para início da operação da linha de transmissão em 9 de março de 2023.

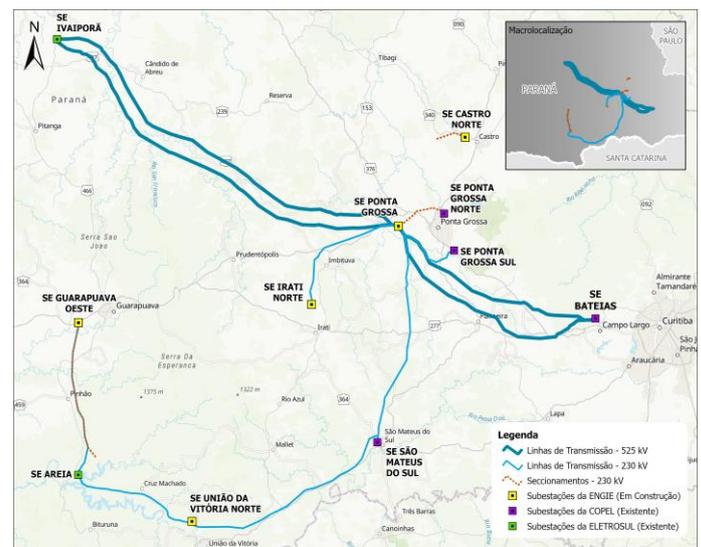
O contrato de financiamento do empreendimento foi assinado junto ao BNDES em 30 de março de 2020.

Em 15 de outubro de 2020, a Companhia foi informada de uma decisão liminar, emitida pela Justiça Federal, proferida no âmbito de uma Ação Civil Pública (ACP), suspendendo as licenças ambientais das linhas de transmissão do Trecho Ivaiporã – Ponta Grossa C1 e C2 e do trecho Ponta Grossa – Bateias C1 e C2. No dia seguinte, a ENGIE Brasil Energia foi citada em uma segunda ACP, dessa vez em processo ajuizado pelo Ministério Público Federal e Estadual do Paraná, buscando suspender a integralidade das obras, e todas as licenças e autorizações emitidas pelo Instituto Água e Terra (IAT), órgão responsável pelo processo de licenciamento.

Cabe ressaltar, nesse contexto, a manifestação, tanto do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama) quanto do IAT, sobre a conformidade do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. Em total consonância com a legislação vigente, o projeto inclui a execução de 17 programas ambientais dedicados a reduzir, controlar e compensar impactos ambientais decorrentes das obras. Esses programas contemplam monitoramento de flora, fauna e resgate de sementes, identificação e monitoramento arqueológico, educação ambiental, supervisão da construção, comunicação social, recuperação de áreas degradadas e gestão ambiental, entre outros aspectos. Esforços adicionais vêm sendo adotados pela Companhia para reduzir a supressão das espécies nativas e ameaçadas, a qual, quando inevitável, é realizada de forma controlada e responsável, minimizando também esse impacto.

Entre as ações desenvolvidas para preservar o maior número de espécies, em toda a extensão do Sistema de Transmissão, estão o desvio do traçado das áreas sensíveis – como Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN) e Unidades de Conservação de Proteção Integral –, o alteamento das torres e o uso de drones para o lançamento dos cabos, além da adoção de torres autoportantes em áreas de vegetação nativa. Tais esforços permitiram reduzir a supressão a apenas 2,2% da área de influência das linhas e subestações que integram o projeto.

Localização – Gralha Azul (Paraná)



Todos os impactos oriundos do projeto, incluindo a supressão de vegetação, são objeto de compensações ambientais e de reposição florestal, com iniciativas que ultrapassam o previsto na legislação vigente. Somam-se às medidas compensatórias aquelas de caráter voluntário, desenvolvidas em alinhamento às políticas de sustentabilidade da Companhia, como a doação de 3,5 mil mudas de árvores de espécies nativas, o apoio a projetos de conservação da fauna e flora e o plantio do dobro da área efetivamente desmatada – conforme previsto nas Autorizações de Supressão de Vegetação (ASV), a obrigatoriedade seria recuperar área igual a efetivamente suprimida –, além do plantio de três araucárias para cada uma que venha a ser suprimida, o que totalizou, até o fim do ano, 2,8 mil mudas de araucárias plantadas.

Como resultado dos esforços da Companhia em demonstrar a robustez do processo de licenciamento ambiental do projeto, além das medidas compensatórias desenvolvidas em caráter voluntário, foi revogada em 9 de dezembro de 2020 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a decisão liminar emitida pela Justiça Federal em outubro (acima mencionada), permitindo, assim, a retomada das atividades de implantação.

Ao final do ano, a implantação do Sistema de Transmissão Gralha Azul atingiu 75% de avanço geral, com as obras civis e a montagem eletromecânica das linhas de transmissão e subestações atendendo ao cronograma previsto no contrato de concessão. Permanece inalterada a estimativa de redução do prazo de implantação do empreendimento para setembro de 2021, com antecipação de 18 meses em relação ao prazo limite.

A expectativa de redução no investimento em relação ao previsto pela Aneel permanece em cerca de 15%, o que viabilizou a oferta de uma tarifa de transmissão mais barata para os consumidores do país e, em especial, aos do Paraná.

Novo Estado Transmissora de Energia

Em dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada ENGIE Transmissão de Energia Participações S.A., atualmente denominada Novo Estado Participações S.A., assinou contrato de compra e venda da totalidade das ações de emissão da Sterlite Novo Estado Energia S.A., detidas pela Sterlite Brazil Participações S.A. – vencedora do Lote 3 do Leilão de Transmissão Aneel nº 002/2017, realizado em dezembro de 2017. O fechamento da operação ocorreu em 3 de março de 2020, de modo que em 29 de maio de 2020 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo ao respectivo contrato de concessão, consolidando a transferência de titularidade.

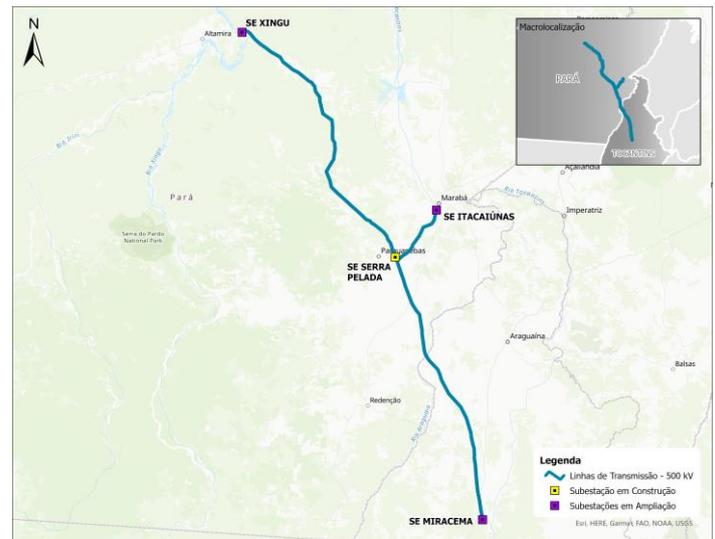
O objeto da concessão é a construção, operação e manutenção de aproximadamente 1,8 mil quilômetros de linhas de transmissão, uma nova subestação e expansão de outras três subestações existentes nos estados do Pará e Tocantins, pelo prazo de 30 anos. A Licença de Instalação do empreendimento foi emitida pelo Ibama.

A mobilização das principais empresas executoras do projeto teve início em março de 2020. As atividades foram iniciadas em abril, nos canteiros, e em maio começaram as obras civis.

Em 26 de junho de 2020 foi assinado contrato de financiamento junto ao BNDES. Posteriormente, em 19 de agosto de 2020, foi firmado contrato junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), com o objetivo de financiar parte da implantação do projeto.

Ao final do ano, cerca de 6 mil profissionais estavam mobilizados para a construção. Foram concluídas 60% das fundações das torres e 16% delas já foram integralmente montadas. No quarto trimestre foi iniciado o lançamento dos cabos das linhas de transmissão, tanto no trecho da LT Xingu - Serra Pelada quanto no trecho da LT Serra Pelada - Miracema. A obra da subestação Serra Pelada estava em fase avançada de execução de obras civis, com avanço geral de 36%, e as demais ampliações de subestações também estavam em andamento. O prazo limite para início da operação dos sistemas de transmissão é 9 de março de 2023, mas a previsão da Companhia é antecipar essa data para dezembro de 2021.

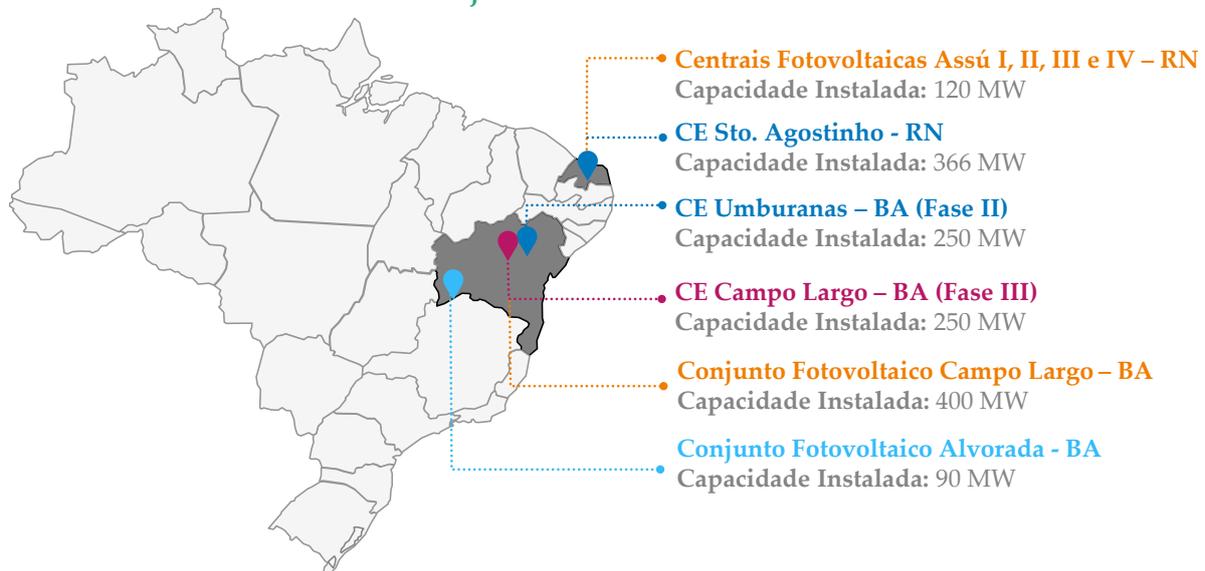
Localização – Novo Estado (Pará e Tocantins)



Projetos em desenvolvimento

Atualmente, a Companhia mantém em portfólio diversos projetos em fase de desenvolvimento, conforme ilustrado a seguir:

Projetos em desenvolvimento

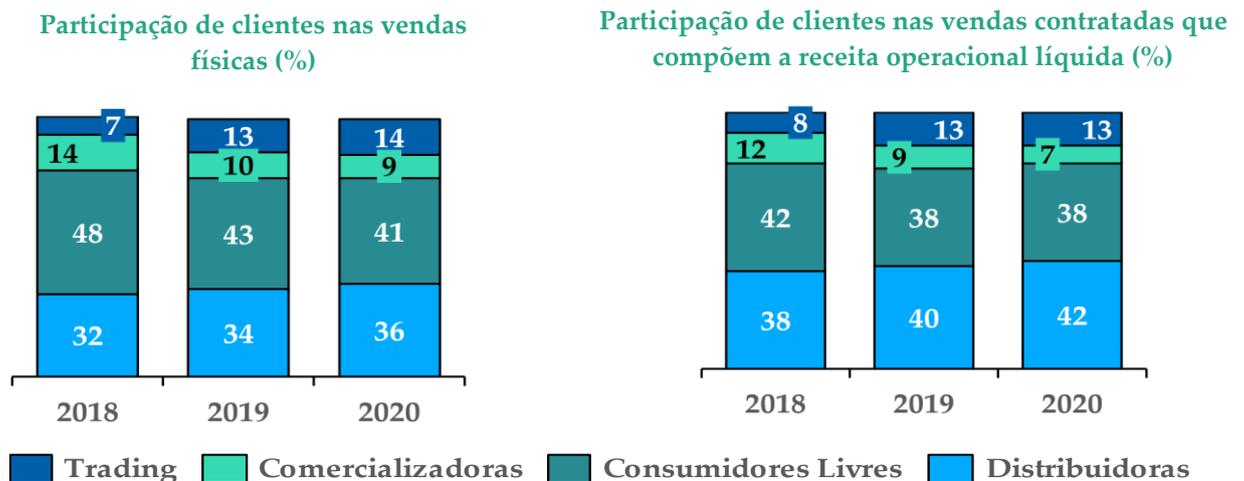


Dinamismo comercial e na gestão de portfólio

A Companhia comercializa energia tanto no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), por meio de leilões organizados pela Aneel, quanto no Ambiente de Contratação Livre (ACL), com contratos firmados diretamente com empresas ou comercializadoras.

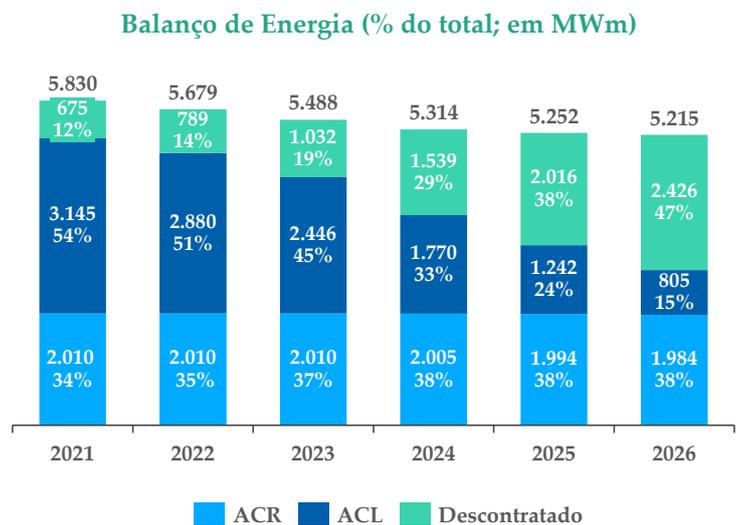
Nossa estratégia de gestão da comercialização de energia no Mercado Livre se baseia em dois importantes diferenciais: a gestão do portfólio de energia e a dinâmica comercial adotada. Aliados, ambos permitem conquistar resultados superiores, pois poucos *players* reúnem as mesmas características – resultantes do fato de sermos um dos maiores geradores de energia do país, com lastro para produzir ofertas competitivas de curto e longo prazos, agilidade e dinâmica de agente privado e global, atento às oportunidades e necessidades do mercado.

No ano analisado, os consumidores livres representaram 41,5% das vendas físicas e 37,6% da receita operacional líquida (com exceção de CCEE e outras receitas), quedas de 1,6 p.p. e 0,7 p.p., respectivamente, em comparação a 2019.



A redução da participação de consumidores livres nas vendas físicas e na receita operacional líquida ocorreu, essencialmente, por redução de consumo por parte dos clientes industriais, afetados pela pandemia da Covid-19, decréscimo parcialmente atenuado pelas migrações de perfil entre comercializadoras e consumidores livres. Já o impacto na receita operacional líquida foi parcialmente atenuado por novas contratações com preços médios superiores à média dos contratos vigentes ou finalizados.

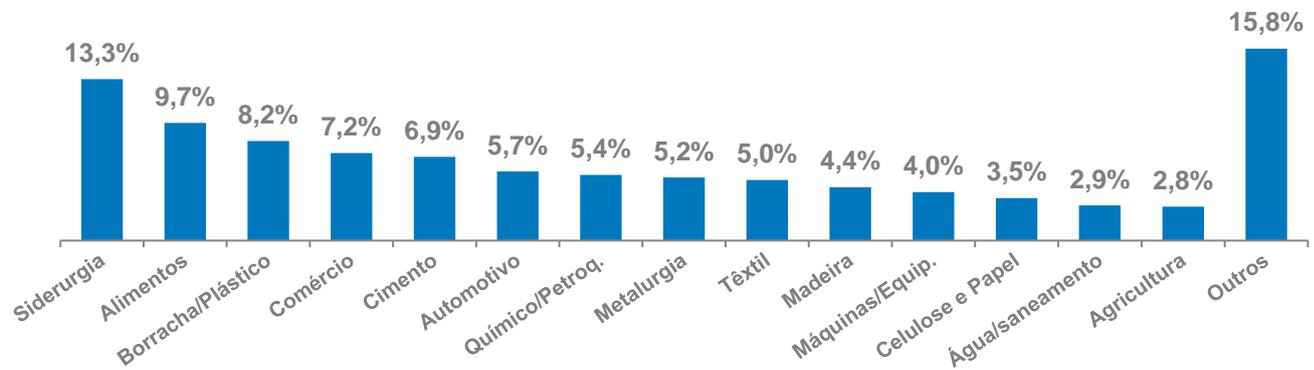
De acordo com os dados de capacidade comercial própria e contratos de compra e venda vigentes em 31.12.2020, apresentamos no gráfico ao lado a síntese do balanço de energia da Companhia.



A gestão do portfólio possibilita à ENGIE Brasil Energia minimizar o risco de exposição de curto prazo. Isso evita o pagamento de valores elevados na energia quando a geração hidrelétrica apresenta déficit – o que tem ocorrido com frequência nos últimos anos.

No contexto da dinâmica comercial, estruturamos uma carteira de clientes diversificada, composta por empresas de diferentes portes e setores. Essa dinâmica compensa possíveis impactos de conjunturas negativas em determinados segmentos, reduzindo riscos de queda de receita.

Diversificação do portfólio de clientes



Assim, a Companhia figura como líder em comercialização de energia no Mercado Livre, adaptando-se a diferentes cenários para capturar as oportunidades geradas pela ampliação desse mercado e às novas modalidades de relacionamento. Ao todo, foram registrados contratos com 720 clientes livres em 2020, alta de 15,9% frente a 2019, quando eram 621. De acordo com a última pesquisa de satisfação realizada junto a esse grupo, no último trimestre de 2020, 92,5% dos clientes disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos com a ENGIE Brasil Energia.

Além de energia de fontes renováveis, a Companhia possui outras ofertas correlacionadas, como produtos e serviços em geração solar distribuída e soluções para neutralização, compensação ou redução de emissões de carbono. Exemplo recente nesse sentido foi a parceria estabelecida com a Natura, indústria de cosméticos, para a venda de créditos de carbono que compensarão 100 mil toneladas de gases de efeito estufa emitidos. Outro marco relevante no tema foi a confirmação, pelas Organização das Nações Unidas (ONU), que o projeto de créditos de carbono do Conjunto Eólico Campo Largo II (361,2 MW) foi registrado como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). Em construção, o empreendimento contribuirá com uma média anual de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) da ordem de 790 mil toneladas de CO₂e ao ano. Esse é o 23º projeto de MDL da ENGIE registrado no mundo, e o 10º da ENGIE Brasil Energia.

Buscando inovar no atendimento ao Mercado Livre, lançamos em julho de 2020 o E-conomiza, uma solução para empresas que buscam reduzir os custos de energia, por meio da migração simplificada para o ambiente livre. A oferta é focada em organizações de pequeno e médio porte, que despendem ao menos R\$ 40 mil ao mês com energia – podendo somar cargas de diferentes unidades para alcançar esse patamar. Ao firmarem contrato com a Companhia, essas empresas têm o processo de migração facilitado, pois a ENGIE Brasil Energia as representa junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Em outra frente, aliando o potencial de expansão do Mercado Livre à digitalização crescente do negócio, lançamos, em novembro de 2020, o Energy Place, uma plataforma digital on-line dedicada a consumidores (clientes e não clientes), gestoras e consultorias. Além de um *e-commerce* de energia, a ferramenta foi desenvolvida para prover informações, registrar o histórico de consumo e servir como um canal de relacionamento e atendimento 100% digital. A plataforma é um dos elos do projeto plurianual de aperfeiçoamento da estratégia comercial intitulado Go To Market, destacado em reportes anteriores.

Ações comerciais e setoriais para enfrentamento à pandemia

Todos os setores econômicos foram direta ou indiretamente afetados em algum grau pela pandemia da Covid-19, o que levou alguns clientes do Mercado Livre a buscarem a renegociação de contratos. As solicitações foram avaliadas, caso a caso, levando em consideração a dimensão dos impactos nesses clientes, as relações comerciais, o princípio da boa-fé contratual e o respeito aos acordos firmados. Em todas as negociações não houve redução dos valores pré-estabelecidos, mas sim a postergação do pagamento de parte dos montantes contratados, mediante a cobrança de juros de mercado. Já com relação às distribuidoras de energia, os agentes do setor elétrico, incluindo a Aneel, trabalharam em conjunto para desenhar um plano de ajuda de curto prazo para essas organizações, evitando que a inadimplência registrada contaminasse o restante da cadeia setorial – a iniciativa teve como resultado a publicação da Medida Provisória 950, regulamentada pelo Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020.

Inovação e transição carbono-neutro

Essencial à perenidade do negócio e à captura de oportunidades, a inovação em produtos, serviços e processos tem ganho cada vez mais conexão com a estratégia corporativa. Isso porque se integra ao contexto altamente dinâmico de transição energética e à ampliação do mercado livre de energia, que exigem novas soluções para atender demandas da sociedade.

Como forma de criar um ambiente propício à inovação, em que os colaboradores possam participar ativamente da construção do futuro da Companhia, nos preocupamos em criar plataformas e fornecer as ferramentas necessárias para a disseminação de uma cultura cada vez mais inovadora.

A seguir, destacamos nossas principais frentes de inovação:

P&D

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) constitui um vetor fundamental à estratégia de promoção da inovação. Alinhado à cultura de inovação aberta, se dá por meio de parcerias com empresas, universidades e instituições de pesquisa, seguindo os preceitos da Lei nº 9.991/2000, que determina investimento de 1% da receita líquida anual das empresas de energia em atividades de P&D. Ao longo de 2020, foram aplicados R\$ 56,7 milhões no Programa, conforme a seguinte distribuição:

- R\$ 22,7 milhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT);
- R\$ 11,3 milhões ao Ministério de Minas e Energia (MME), para custeio da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
- R\$ 22,7 milhões para investimento em Projetos de P&D novos ou em andamento.

Os 13 projetos em curso receberam, durante o ano, R\$ 28,2 milhões. O portfólio de investimentos total em projetos atuais soma R\$ 121,7 milhões, conforme apresenta o gráfico ao lado.

Entre as pesquisas realizadas em 2020, um dos destaques foi a dedicada ao desenvolvimento e à certificação do primeiro aerogerador nacional de grande porte, com 4,2MW de potência. O projeto está sendo executado em parceria com a WEG – empresa brasileira especializada na fabricação de motores elétricos, transformadores e geradores – e conta com a cooperação da Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc).

Esse protótipo é a primeira unidade de uma linha de máquinas com potência nominal que varia de 4,0 MW a 4,4 MW, conforme as características do vento no local de instalação. Trata-se do maior projeto de P&D da história do setor elétrico brasileiro em escopo, prazo, orçamento e equipe. Estão sendo desenvolvidas tecnologias a nível mundial, tais como o gerador com ímãs permanentes na configuração com rotor externo, o arranjo e a forma de refrigeração do transformador elevador. Assim, ENGIE, WEG e Celesc visam o desenvolvimento de um produto que possa competir em escala global com os demais fabricantes de aerogeradores de grande porte. A redução de custos e a melhoria da qualidade de energia desse P&D já asseguraram a venda de um primeiro lote de 43 aerogeradores, nos quais a ENGIE terá retornos na forma de *royalties* por unidade vendida.



ENGIE Lab

Como uma empresa global que visa valorizar e se integrar às competências locais, a ENGIE iniciou um movimento de internacionalização dos laboratórios de P&D+Inovação, os ENGIE Labs, promovendo projetos de desenvolvimento em áreas sinérgicas ao negócio. No Brasil, em 2019 foi instalado o 11º ENGIE Lab, um laboratório para projetos de inovação aberta - disruptiva, incubação e *venture capital fund*.

Desenvolve, ainda, soluções inovadoras de sistemas, equipamentos, hardware, software, processos e modelos de negócio, projetos piloto e fim-a-fim, em parceria com empresas de diferentes perfis, de startups, empresas de maior porte a empresas do grupo ENGIE.

LinkLab

A ENGIE Brasil Energia integra o LinkLab da Associação Catarinense de Tecnologia (ACATE), programa que visa aproximar grandes empresas a startups para potencializar a sinergia no desenvolvimento de projetos inovadores. Em 2020, lançamos sete desafios internos em busca de soluções criativas para resolvê-los. Ao todo, 88 startups inscreveram sugestões, entre as quais espera-se selecionar aquelas com maior potencial para o desenvolvimento de provas de conceito.

Programa Inove

Mecanismo para estimular a inovação interna, o “Inove” é o programa de incentivo voltado a melhorias operacionais e de processos, que geram tanto reduções de custos quanto aumento de segurança e eficiência. Na edição de 2020, o Programa recompensou 92 colaboradores, com prêmios que somaram cerca de R\$ 200 mil por suas iniciativas inovadoras. As 42 ideias aprovadas têm expectativa de retorno financeiro estimado em R\$ 22 milhões.

GESTÃO DE RISCOS E OPORTUNIDADES

A análise de riscos constitui um exercício permanente na Companhia, envolvendo, além de conselheiros e diretores, todos os colaboradores, especialmente os dedicados às funções de gestão. O Fórum de Gerenciamento de Riscos, transversal e multidisciplinar, contribui para fortalecer essa dinâmica. A análise é orientada pela Política de Gestão de Riscos e Oportunidades, aprovada pelo Conselho de Administração, e compreende a identificação e classificação dos riscos quanto à probabilidade de ocorrência e à significância em termos de impacto financeiro, estratégico e operacional.

Essa avaliação é realizada de forma sistemática, permeando todas as atividades, norteada por três objetivos principais:

- Criação e manutenção de resultados, reputação e motivação interna.
- Encorajamento a um certo nível de exposição ao risco, razoável em relação a aspectos legais, econômicos e socioambientais.
- Asseguração da conformidade das ações com as obrigações legais e regulatórias, bem como em relação aos valores da ENGIE Brasil Energia.

Os resultados dessa análise são registrados em nossa Matriz de Riscos e Oportunidades Empresariais, documento interno que baliza a atuação da Companhia. Nessa Matriz, os riscos são categorizados da seguinte forma:

- Risco tributário: evolução adversa da legislação tributária que possa impactar nossos resultados.
- Risco de segurança industrial: danos à integridade dos ativos, ao meio ambiente e/ou à saúde e à segurança das pessoas, como resultado das atividades operacionais da Companhia.
- Risco de implantação de projetos: ocorrência de eventos no desenvolvimento ou na implantação de projetos que possam trazer atraso no cronograma de obras, custos adicionais na implantação ou ineficiência na operação do empreendimento.
- Risco regulatório: evolução adversa da regulação do setor elétrico, historicamente influenciada pelo Governo Federal, que venha a impactar, por exemplo, as modalidades, os termos e as condições dos contratos de compra e venda de energia vigentes, os níveis de produção, os encargos setoriais e o relacionamento entre os agentes do setor.
- Risco de segurança cibernética: falta ou falha de planejamento, gestão ou segurança de recursos e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), Tecnologia de Automação (TA), e Internet das Coisas (IoT), que venham a impactar negativamente a continuidade das operações e a imagem da Companhia.
- Risco de mercado: a oferta e a demanda de energia elétrica podem ter comportamento diferente do previsto, com impacto nos volumes e preços da energia.
- Risco de contraparte comercial: descumprimento dos compromissos firmados por comercializadoras ou clientes livres nas operações de compra ou venda de energia, com impacto sobre as receitas da Companhia.

- Risco de Não Conformidade com a Lei de Privacidade de Dados Pessoais (LGPD): O uso de tecnologias digitais para relacionamento entre as empresas e pessoas físicas, através da coleta de informações pessoais, tem sido crescente para personalizar e melhorar o nível de serviço e a experiência do consumidor. A falta ou falha de planejamento, gestão ou de segurança desses recursos pode levar a divulgação indevida de informações pessoais, deixando a Companhia exposta ao risco regulatório sobre a segurança de informações privadas.
- Risco de operacionalização da estratégia: adversidade na operacionalização do reposicionamento estratégico do Grupo ENGIE em torno de três pilares: digitalização, descentralização e descarbonização, em virtude dos contextos externo e interno (transformação de pessoas e cultura, transformação digital, transformação empresarial etc.).
- Risco de ética e compliance: o descumprimento, interno ou com conluio externo, de valores e princípios do Código de Ética pode levar a casos de corrupção, uso fraudulento de propriedades da Companhia, interferência em processos de concorrência e desrespeito aos direitos humanos. Não conformidade (*compliance*) com as normas e regulamentos aplicáveis às atividades da Companhia.

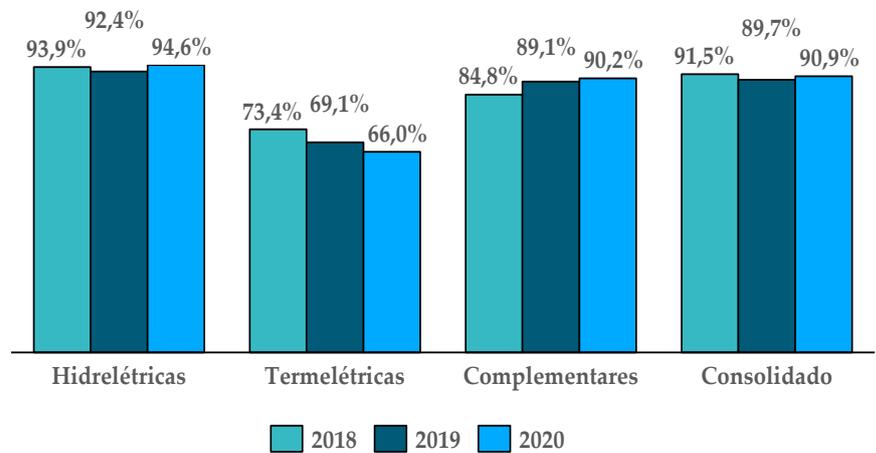
DESEMPENHO OPERACIONAL

A evolução operacional da Companhia tem como base, além da observação de suas políticas corporativas no desenvolvimento de todas as atividades, o rigor nos controles previstos em seu Sistema Integrado de Gestão (SIG), plataforma que consolida informações e indicadores de performance.

Em 2020, das 60 usinas em operação, 12 eram certificadas segundo as normas NBR ISO 9001 (gestão da qualidade), NBR ISO 14001 (gestão do meio ambiente) e NBR OHSAS 18001 (gestão da saúde e segurança no trabalho). Adicionalmente, o Complexo Termelétrico Jorge Lacerda mantém o certificado segundo a norma NBR ISO 50001, relativa à eficiência energética. Dessa forma, o percentual de capacidade instalada operada certificada era de 77,9% ao final do ano.

Dos 10.431,2 MW operados pela Companhia, 52,4% (5.467,6 MW) o são remotamente, a partir do Centro de Operação da Geração (COG), localizado na sede, em Florianópolis (SC). Nesse modelo, recursos tecnológicos sofisticados, que permitem o monitoramento em tempo real e asseguram confiabilidade ao sistema, aumentam a eficiência operacional do parque gerador. Ao todo, 48 das 60 usinas do parque gerador são operadas via COG, entre elas a Usina Hidrelétrica Machadinho, que iniciou a operação remota em 2020, a primeira em consórcio a ser gerenciada a partir do COG. No ano, desconsiderando-se as paradas programadas, as usinas operadas pela ENGIE Brasil Energia atingiram índice de

Disponibilidade das usinas, considerando as paradas programadas

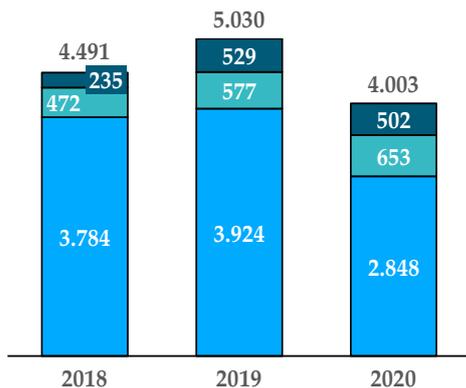


disponibilidade de 96,4%, sendo 99,7% nas usinas hidrelétricas, 76,9% nas termelétricas e 93,5% nas usinas de fontes complementares — PCH's, biomassas, eólicas e fotovoltaicas.

Considerando todas as paradas programadas, a disponibilidade interna global, no acumulado de 2020, foi de 90,9%, sendo 94,6% nas usinas hidrelétricas, 66,0% nas termelétricas e 90,2% nas usinas de fontes complementares. Comparando 2020 ao ano anterior, houve elevação de 1,2 p.p. na disponibilidade interna global, com aumento de 2,2 p.p. e 1,1 p.p. nas hidrelétricas e complementares, respectivamente, e redução nas termelétricas, em 3,1 p.p. A redução da disponibilidade desses empreendimentos, em comparação a 2019, deve-se principalmente aos desligamentos intempestivos ocorridos devido à maior exposição às falhas em operação contínua. Já o aumento da disponibilidade das usinas hidrelétricas e complementares foi decorrente do menor tempo da execução das paradas de curto prazo.

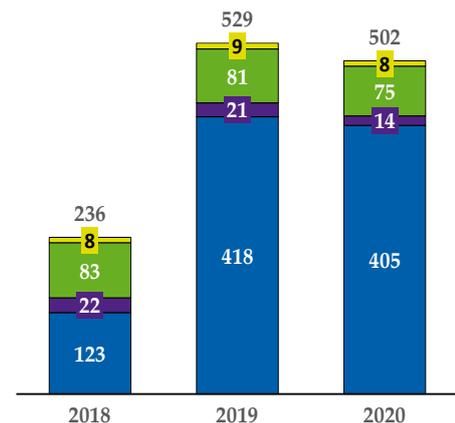
Com relação à produção de energia elétrica nas usinas operadas pela ENGIE Brasil Energia, de modo geral, a pandemia provocou uma expressiva redução na carga do Sistema Interligado Nacional (SIN), o que contribuiu para uma produção global da Companhia da ordem de 35.163 GWh (4.003 MW médios), ou seja, 20,4% inferior ao registrado em 2019, quando o total foi de 44.058 GWh (5.030 MW médios). Em 2020, apenas a produção termelétrica foi maior, quando comparada ao ano anterior, sendo 13,2% superior a 2019. Nas hidrelétricas e complementares, foram registrados 27,4% e 5,0% a menos, respectivamente.

Geração de Energia – MW médios



■ Hidrelétricas ■ Termelétricas ■ Complementares

Geração por fonte complementar – MW médios



■ Eólica ■ PCH ■ Biomassa ■ Solar

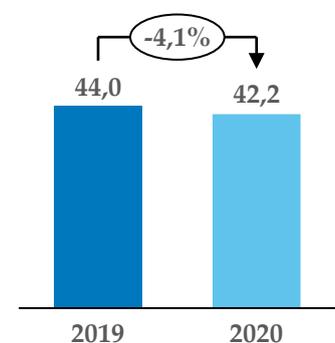
Vale destacar que o aumento da geração hidrelétrica da Companhia não resulta necessariamente em melhoria de seu desempenho econômico-financeiro. Da mesma maneira, a redução desse tipo de geração não implica obrigatoriamente na deterioração desse aspecto. Isso se deve à aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que compartilha os riscos hidrológicos inerentes à geração hidrelétrica entre seus participantes.

Em relação à geração termelétrica da Companhia, seu aumento pode reduzir (em razão do nível de contratação da Companhia) a exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), sendo o inverso também verdadeiro, mantidas as outras variáveis.

Quanto ao transporte de gás, a Transportadora Associada de Gás (TAG) recebe o gás natural diariamente nos pontos de recebimento de sua malha e entrega-o ao carregador, Petrobras, nos pontos de entrega (*city gates*). Assim, tem como contrapartida a receita do serviço de transporte, composta da parcela de efetiva movimentação de molécula e também do encargo de capacidade não utilizada (*ship-or-pay*).

No acumulado do ano, o volume de gás transportado foi de 42,2 milhões de m³/dia – levemente inferior aos 44,0 milhões de m³/dia registrados em 2019.

Volume médio de gás movimentado MM m³/dia



Modernizações

Em 2020, foi dado prosseguimento à modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório, um projeto de grande porte iniciado em novembro 2017. A previsão é de que a entrega da primeira unidade geradora modernizada se dê no primeiro trimestre de 2021, com conclusão integral em 2023. A modernização, além de ampliar os atributos operatórios, agregará aumento de eficiência, com incremento da garantia física estimado em 13,9 MW médios.

A Usina Hidrelétrica Jaguará, por sua vez, teve o contrato de modernização assinado no final de 2020, com a aquisição de um novo gerador para a Unidade Geradora 01. A fabricação dos componentes deve ocorrer em 2021, de modo que a execução, em campo, se realize no ano seguinte. Já a Usina Hidrelétrica Miranda tem prevista a assinatura do contrato para modernização dos sistemas de instrumentação e controle da usina (incluindo regulador de velocidade, regulador de tensão do gerador e sistema supervisor) para o primeiro trimestre de 2021.

GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Cenário macroeconômico

O cenário pandêmico gerou retração econômica em todo o mundo, vivenciada no Brasil a partir de março de 2020 e refletida na queda estimada de 4,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, de acordo com o Relatório Focus publicado pelo Banco Central no final de dezembro – o dado oficial deve ser divulgado ao fim do primeiro trimestre de 2021. Em 2019, o PIB havia registrado alta de 1,1%.

Ainda que a retração seja menor do que a prevista pela maior parte dos analistas em meados do ano, a retomada demonstrou ritmo desigual entre segmentos – de forma geral, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), indústria e comércio chegaram ao final do ano operando em níveis médios acima do período pré-crise, enquanto serviços significativamente abaixo.

Nesse contexto, a inflação acumulada foi de 4,52%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano anterior, o IPCA foi de 4,31%. No mercado de trabalho, os efeitos da recuperação foram modestos até o quarto trimestre do ano, com taxa de desemprego em 13,1%, próximo às máximas históricas, conforme o IBGE.

Já o mercado financeiro vivenciou uma trajetória de fortes oscilações em diversos índices globais, fruto das incertezas trazidas pela pandemia, que foram amenizadas, mesmo que momentaneamente, pelos pacotes de estímulo e auxílio governamentais, além das perspectivas positivas relacionadas às vacinas contra a Covid-19. A taxa básica de juros (Selic) fechou o ano, mais uma vez, no menor patamar histórico: 2,0% a.a., enquanto o dólar (Ptax) bateu a marca de R\$ 5,19 – a moeda americana estava cotada em R\$ 4,03 ao fim de 2019.

Cenário no setor elétrico

Conforme dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o consumo de energia líquido no país diminuiu 1,6% em 2020, registrando 474.231 GWh – o crescimento havia sido de 1,4% em 2019. O consumo residencial cresceu 4,1%, enquanto o comercial apresentou queda de 10,5%, e o industrial regrediu 1,1%. Outras classes caíram 2,3%. Já no estrato por regiões, Norte e Centro-Oeste apresentaram crescimento, com 4,8% e 1,2%, respectivamente. As demais regiões registraram decréscimos, sendo no Nordeste da ordem de 2,4%, no Sul 1,2%. O pior desempenho se deu na região Sudeste, com 2,8% negativos.

O consumo do mercado livre cresceu 13,1% em 2020, superando o registrado nos últimos anos – em 2019 o crescimento havia sido de 1,9% e de em 2018, 6,3%. O mercado cativo registrou queda no consumo da ordem de 2,3% entre 2020 e 2019.

Influência hidrológica

O cenário hidrológico de 2020 – com oferta de 56,7 GW médios de Energia Natural Afluentes no SIN – foi o quarto pior das duas últimas décadas, superando apenas o registrado em 2019, 2017 e 2014.

Ao final do ano, a situação era mais crítica na Região Sudeste, onde foi registrado o menor nível de reservatório dos últimos 20 anos (16,4% do volume máximo em dezembro). Esse contexto implicou na deliberação para o uso de recursos térmicos extras (fora da ordem de mérito) no último trimestre de 2020. Em contrapartida, no Nordeste o armazenamento atingiu os maiores valores do histórico recente, chegando a 90% do volume máximo na metade do ano – o que se deve à combinação entre um volume satisfatório de chuvas e mudanças na política de uso dos reservatórios da Bacia do Rio São Francisco.

Impactada pela pandemia, a demanda de energia apresentou retração de 1 GW na carga média anual, se comparada ao registrado em 2019. Essa performance é 3 GW inferior ao que havia sido estimado para 2020 nas projeções relativas ao ano.

Assim, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) médio de 2020 foi de R\$ 177/MWh. Fortemente vinculada aos efeitos da redução de carga, a sobreoferta energética em relação a demanda deixou o preço médio do ano R\$ 48/MWh inferior ao registrado em 2019.

Conforme dados da CCEE, o GSF em 2020 foi de 80,5%, inferior aos 81,0% alcançados em 2019.

Desempenho econômico-financeiro

	Resultado por segmento – 2020 x 2019 (em R\$ milhões)					
	Energia elétrica			Painéis Solares	Transporte de Gás	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading			
2020						
Receita operacional líquida	8.539,1	2.555,3	1.083,9	80,9	-	12.259,2
Custos operacionais	(3.328,6)	(2.274,3)	(1.111,5)	(81,5)	-	(6.795,9)
Lucro (prejuízo) bruto	5.210,5	281,0	(27,6)	(0,6)	-	5.463,3
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(267,8)	(1,1)	(3,1)	(5,4)	-	(277,4)
Outras despesas operacionais, líquidas	(4,7)	-	-	-	-	(4,7)
<i>Impairment</i>	(98,8)	-	-	-	-	(98,8)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	487,1	487,1
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	4.839,2	279,9	(30,7)	(6,0)	487,1	5.569,5
2019						
Receita operacional líquida	8.427,7	169,9	1.109,0	97,9	-	9.804,5
Custos operacionais	(4.294,1)	(151,5)	(1.111,4)	(96,0)	-	(5.653,0)
Lucro (prejuízo) bruto	4.133,6	18,4	(2,4)	1,9	-	4.151,5
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(243,2)	-	(2,9)	(7,1)	-	(253,2)
Outras receitas operacionais, líquidas	320,4	-	-	-	-	320,4
<i>Impairment</i>	(4,9)	-	-	-	-	(4,9)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	81,1	81,1
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	4.205,9	18,4	(5,3)	(5,2)	81,1	4.294,9
Variação						
Receita operacional líquida	111,4	2.385,4	(25,1)	(17,0)	-	2.454,7
Custos operacionais	965,5	(2.122,8)	(0,1)	14,5	-	(1.142,9)
Lucro (prejuízo) bruto	1.076,9	262,6	(25,2)	(2,5)	-	1.311,8
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(24,6)	(1,1)	(0,2)	1,7	-	(24,2)
Outras despesas operacionais, líquidas	(325,1)	-	-	-	-	(325,1)
<i>Impairment</i>	(93,9)	-	-	-	-	(93,9)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	406,0	406,0
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	633,3	261,5	(25,4)	(0,8)	406,0	1.274,6

O resultado financeiro e os tributos sobre o lucro da Companhia não são alocados por segmento, pois a Administração realiza a gestão do fluxo de caixa de forma consolidada e corporativa.

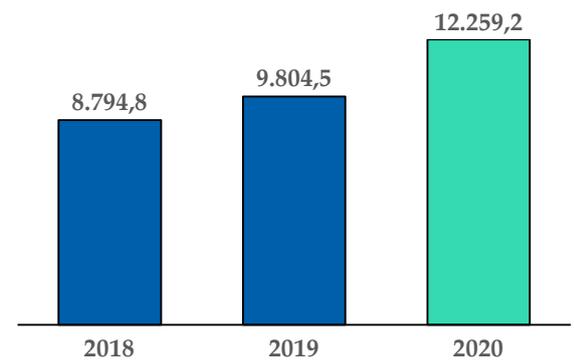
Receita operacional líquida

	Receita por segmento – 2020 x 2019 (em R\$ milhões)				
	Energia elétrica			Painéis Solares	Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading		
2020					
Distribuidoras de energia elétrica	3.541,4	-	-	-	3.541,4
Consumidores livres	3.161,4	-	-	-	3.161,4
Receita de construção	-	2.365,6	-	-	2.365,6
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	1.067,3	-	1.067,3
Comercializadoras de energia elétrica	608,5	-	-	-	608,5
Remuneração dos ativos de concessão	381,6	189,7	-	-	571,3
Transações no mercado de curto prazo	535,5	-	16,6	-	552,1
Receita de serviços prestados	121,6	-	-	-	121,6
Ganho em ação judicial	83,5	-	-	-	83,5
Indenização de seguros a receber	40,0	-	-	-	40,0
Exportação	30,5	-	-	-	30,5
Outras receitas	35,1	-	-	80,9	116,0
Receita operacional líquida	8.539,1	2.555,3	1.083,9	80,9	12.259,2
2019					
Distribuidoras de energia elétrica	3.292,7	-	-	-	3.292,7
Consumidores livres	3.164,1	-	-	-	3.164,1
Receita de construção	-	155,4	-	-	155,4
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	1.078,4	-	1.078,4
Comercializadoras de energia elétrica	728,0	-	-	-	728,0
Remuneração dos ativos de concessão	382,7	14,5	-	-	397,2
Transações no mercado de curto prazo	699,1	-	7,1	-	706,2
Receita de serviços prestados	116,0	-	-	-	116,0
Indenização de seguros a receber	11,2	-	-	-	11,2
Ganhos não realizados em operações de <i>trading</i>	-	-	23,5	-	23,5
Outras receitas	33,9	-	-	97,9	131,8
Receita operacional líquida	8.427,7	169,9	1.109,0	97,9	9.804,5
Variação					
Distribuidoras de energia elétrica	248,7	-	-	-	248,7
Consumidores livres	(2,7)	-	-	-	(2,7)
Receita de construção	-	2.210,2	-	-	2.210,2
Operações de <i>trading</i> de energia	-	-	(11,1)	-	(11,1)
Comercializadoras de energia elétrica	(119,5)	-	-	-	(119,5)
Remuneração dos ativos de concessão	(1,1)	175,2	-	-	174,1
Transações no mercado de curto prazo	(163,6)	-	9,5	-	(154,1)
Receita de serviços prestados	5,6	-	-	-	5,6
Ganho em ação judicial	83,5	-	-	-	83,5
Indenização de seguros a receber	28,8	-	-	-	28,8
Exportação	30,5	-	-	-	30,5
Ganhos não realizados em operações de <i>trading</i>	-	-	(23,5)	-	(23,5)
Outras receitas	1,2	-	-	(17,0)	(15,8)
Receita operacional líquida	111,4	2.385,4	(25,1)	(17,0)	2.454,7

Na comparação entre os anos, a receita operacional líquida passou de R\$ 9.804,5 milhões em 2019 para R\$ 12.259,2 milhões em 2020, ou seja, elevação de R\$ 2.454,7 milhões (25,0%).

Geração e venda de energia do portfólio: aumento de R\$ 111,4 milhões (1,3%), motivado, substancialmente, pelos seguintes efeitos positivos: (i) R\$ 126,5 milhões de acréscimo na receita com contratos de venda de energia nos ambientes regulado e livre, resultado da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de vendas; (ii) R\$ 83,5 milhões não recorrentes, oriundos de recuperação de tributos; (iii) R\$ 30,5 milhões decorrentes de exportação de energia realizada no terceiro trimestre de 2020; e (iv) R\$ 28,8 milhões relativos à indenização por interrupção de negócios, motivada por sinistros, e a cobrança de multa contratual por indisponibilidade. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelo (v) decréscimo de R\$ 163,6 milhões nas transações realizadas no mercado de curto prazo, principalmente na CCEE.

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Transmissão: elevação de R\$ 2.385,4 milhões, em grande parte consequência dos avanços nas execuções das obras dos Sistemas de Transmissão Galha Azul e Novo Estado.

Trading: redução de R\$ 25,1 milhões (2,3%) oriunda, principalmente, do resultado negativo da marcação a mercado das vendas futuras e da menor receita nas operações realizadas, parcialmente atenuada pelo acréscimo observado nas transações no mercado de curto prazo.

Painéis solares: decréscimo de R\$ 17,0 milhões (17,4%) na venda e instalação de painéis solares em razão da retração desse mercado, principalmente, devido a pandemia da Covid-19.

Os resultados dos segmentos de transmissão e de *trading* são comentados em “Resultado operacional do segmento de transmissão de energia” e “Resultado operacional do segmento de *trading* de energia”.

Comentários sobre as Variações da Receita Operacional Líquida

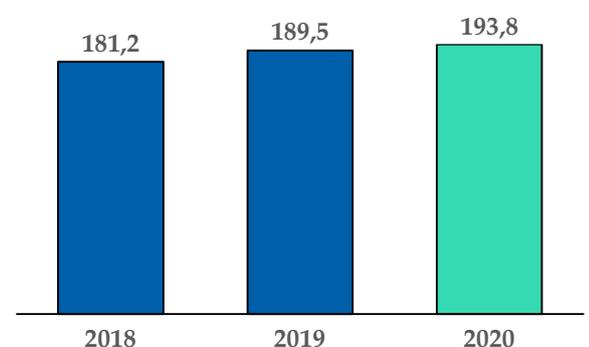
➤ Geração e Venda de Energia do Portfólio

Preço médio líquido de venda

O preço médio de venda de energia, líquido dos encargos sobre a receita, atingiu R\$ 193,78/MWh em 2020, 2,3% superior ao praticado no ano anterior, que foi de R\$ 189,45/MWh.

A elevação do preço foi motivada, substancialmente, pela atualização monetária dos contratos vigentes, pelo contrato de exportação de energia elétrica no terceiro trimestre e pela entrada em operação comercial de Pampa Sul em junho de 2019, cujo preço médio é superior à média dos contratos existentes. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelas novas contratações de comercializadoras e consumidores livres, com preços inferiores às médias dos contratos finalizados, devido, principalmente, à retração econômica causada pelos impactos da Covid-19.

Preço médio líquido de venda (R\$/MWh)*



* Líquido de impostos sobre a venda e operações de *trading*.

Volume de vendas

Em 2020, o volume de venda de energia foi de 37.889 GWh (4.313 MW médios), contra 37.925 GWh (4.329 MW médios) registrados em 2019, decréscimo de 36 GWh (16 MW médios) ou 0,4%.

O decréscimo no volume de vendas é resultante, substancialmente, da redução do consumo de energia de clientes, motivada pela retração econômica provocada pela pandemia da Covid-19, por contratos que encerraram em 2019 no âmbito do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) e pela atuação do Mecanismo de

Compensação de Sobras e Déficits (MCSD). Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelo menor impacto dos efeitos de ressarcimentos previstos nos contratos de ambiente regulado e na comparação anual pela entrada em operação da Pampa Sul, ocorrida no final de junho de 2019.

Receita de venda de energia elétrica

- Distribuidoras

Em 2020, a receita atingiu R\$ 3.541,4 milhões, elevação de R\$ 248,7 milhões (7,6%) em relação ao exercício de 2019, quando foi de R\$ 3.292,7 milhões. Esse acréscimo é explicado pelos seguintes itens: (i) R\$ 149,3 milhões — aumento de 660 GWh (71 MW médios) na quantidade vendida; e (ii) R\$ 99,4 milhões — incremento de 3,0% no preço médio líquido de vendas.

O aumento no preço médio líquido de vendas foi motivado, substancialmente, pelos efeitos da atualização monetária dos contratos vigentes e pelo impacto positivo motivado pelo preço médio na venda de energia de Pampa Sul, superior à média dos contratos existentes, parcialmente suavizado por menores preços médios praticados nos contratos de Umburanas – Fase I.

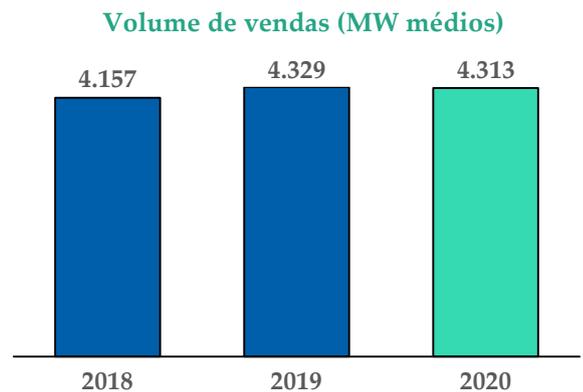
Os acréscimos nos volumes de vendas são consequência, principalmente, do menor impacto dos efeitos de ressarcimentos previstos nos contratos de ambiente regulado e da entrada em operação de Pampa Sul. Esses efeitos foram parcialmente atenuados pelo encerramento de contrato de leilão existente, ao final de 2019.

- Consumidores livres

Em 2020, a receita alcançou R\$ 3.161,4 milhões, montante R\$ 2,7 milhões (0,1%) inferior aos R\$ 3.164,1 milhões verificados em 2019. Esse decréscimo está relacionado a: (i) R\$ 110,1 milhões — redução de 633 GWh (79 MW médios) no volume de venda de energia; e (ii) R\$ 107,4 milhões — aumento de 3,4% no preço médio líquido de vendas.

A redução na quantidade de energia vendida foi motivada pela pandemia da Covid-19 e pelas incertezas relacionadas à retomada da economia, com impactos na demanda de energia, provocando reduções de consumo por parte dos clientes industriais, considerando os limites relacionados às flexibilidades previstas nos contratos. Consequentemente, o volume de energia não vendido para consumidores livres foi liquidado na CCEE. Esse decréscimo foi parcialmente atenuado pelas migrações de perfil entre comercializadoras e consumidores livres.

As elevações dos preços decorreram, substancialmente, da correção monetária dos contratos vigentes.



- Comercializadoras

Em 2020, a receita de venda a comercializadoras foi de R\$ 608,5 milhões, R\$ 119,5 milhões (16,4%) inferior à receita auferida em 2019, que foi de R\$ 728,0 milhões. Essa redução resultou da combinação dos seguintes aspectos: (i) R\$ 108,9 milhões — decréscimo de 15,0% no preço médio líquido de vendas; e (ii) R\$ 10,6 milhões — diminuição de 70 GWh (9 MW médios) no volume de energia vendida.

As reduções dos preços ocorreram, basicamente, devido às novas contratações com preços inferiores à média dos contratos vigentes ou finalizados, haja vista a redução dos preços de mercado observados em 2020. Esse efeito foi parcialmente atenuado pela correção monetária dos contratos vigentes.

Os decréscimos das quantidades entre os períodos analisados decorreram, principalmente, das migrações de parte dos clientes, que compravam energia por meio de comercializadoras, para o perfil de consumidores livres, entre os anos de 2019 e 2020.

Adicionalmente, é importante destacar que, tanto a redução dos preços quanto a diminuição na quantidade de energia vendida, foram impactadas pelos efeitos da Covid-19 no mercado.

- Exportação

No período entre julho e agosto de 2020 a Companhia exportou energia para a Argentina. A receita auferida foi de R\$ 30,5 milhões, com volume de energia transacionado de 7 GWh (1 MW médio).

➤ Remuneração dos ativos financeiros de concessão

Os ativos financeiros de concessões representam o valor presente dos fluxos de caixa futuros da parcela da energia destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) das Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, equivalente a 70% da garantia física destas usinas. Esses ativos são remunerados pela taxa interna de retorno e pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A remuneração dos ativos financeiros de concessões passou de R\$ 382,7 milhões em 2019 para R\$ 381,6 milhões em 2020, portanto, com decréscimo de R\$ 1,1 milhão (0,3%). A redução deve-se, principalmente, pela curva mensal de variação do IPCA, a qual apresentou períodos de deflação em 2020, tendo forte aceleração no quarto trimestre. No ano de 2019, a curva mensal de variação do IPCA apresentou acréscimos constantes.

➤ Transações no mercado de energia de curto prazo

Em 2020, em relação ao ano anterior, houve decréscimo de R\$ 163,6 milhões (23,4%) na receita das transações de curto prazo, passando de R\$ 699,1 milhões em 2019 para R\$ 535,5 milhões em 2020. Mais explicações sobre tais operações e acerca da variação podem ser obtidas em “Detalhamento das operações de curto prazo”.

➤ Receitas de serviços prestados

Ainda com referência às Usinas Hidrelétricas Jaguará e Miranda, para a energia vendida no ACR, também como parte da Receita Anual de Geração (RAG), as empresas recebem a parcela referente à Gestão dos Ativos de Geração (GAG), para cobertura dos custos com operação e manutenção, além de gastos com melhorias e investimentos durante o prazo de concessão. O valor da GAG teve acréscimo no período de R\$ 5,6 milhões (4,8%), passando de R\$ 116,0 milhões em 2019 para R\$ 121,6 milhões em 2020. A elevação decorre, substancialmente, da atualização monetária dos valores.

➤ Ganho em ação judicial – recuperação de tributos

Em 18 de maio de 2020, a Companhia obteve decisões favoráveis em trânsito em julgado que à garantiram o direito de reaver, mediante compensação ou restituição, créditos de tributos federais, devidamente atualizados pela taxa Selic. Diante desse fato, a ENGIE Brasil Energia reconheceu R\$ 83,5 milhões em 2020 após revisão das estimativas contabilizadas durante o ano. O montante em questão foi atualizado monetariamente, com impacto de R\$ 76,3 milhões no resultado financeiro de 2020.

➤ Indenização de seguros a receber

A Companhia reconheceu R\$ 40,0 milhões de indenizações de seguros no ano de 2020, acréscimo de R\$ 28,8 milhões (257,1%) aos R\$ 11,2 milhões reconhecidos em 2019. Os valores envolvidos são referentes, principalmente, às receitas de indenização para compensação dos impactos negativos pela interrupção de negócios, motivada por sinistros na Usina Hidrelétrica Salto Osório e pela cobrança de multa contratual por indisponibilidade nas usinas do Conjunto Eólico Trairí.

Painéis solares

A receita de venda e instalação de painéis solares, por meio da controlada ENGIE Geração Solar Distribuída S.A. (EGSD), entre os anos em análise, registrou decréscimo de R\$ 17,0 milhões (17,4%), indo de R\$ 97,9 milhões em 2019 para R\$ 80,9 milhões em 2020. A redução é consequência, principalmente, da desaceleração das atividades comerciais, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Custos operacionais

	Custos por segmento – 2020 x 2019 (em R\$ milhões)				
	Energia elétrica				Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	Painéis solares	
2020					
Compras de energia	1.478,9	-	1.068,3	-	2.547,2
Custos de construção	-	2.274,3	-	-	2.274,3
Depreciação e amortização	893,8	-	-	-	893,8
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	560,3	-	-	-	560,3
Materiais e serviços de terceiros	339,3	-	-	18,4	357,7
Transações no mercado de curto prazo	303,5	-	7,3	-	310,8
Pessoal	273,5	-	-	8,0	281,5
Combustíveis para geração	204,1	-	-	-	204,1
Seguros	89,0	-	-	-	89,0
Royalties	84,5	-	-	-	84,5
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	54,4	54,4
Perdas não realizadas em operações de <i>trading</i>	-	-	35,9	-	35,9
Repactuação do risco hidrológico	(967,7)	-	-	-	(967,7)
Outros custos operacionais, líquidos	69,4	-	-	0,7	70,1
Custos operacionais	3.328,6	2.274,3	1.111,5	81,5	6.795,9
2019					
Compras de energia	1.561,5	-	1.090,5	-	2.652,0
Custos de construção	-	151,3	-	-	151,3
Depreciação e amortização	844,3	-	-	0,1	844,4
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	513,7	-	-	-	513,7
Materiais e serviços de terceiros	277,6	-	-	16,1	293,7
Transações no mercado de curto prazo	421,0	-	6,7	-	427,7
Pessoal	254,7	-	-	10,1	264,8
Combustíveis para geração	173,0	-	-	-	173,0
Seguros	65,6	-	-	-	65,6
Royalties	131,6	-	-	-	131,6
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	70,8	70,8
Perdas não realizadas em operações de <i>trading</i>	-	-	14,2	-	14,2
Outros custos operacionais, líquidos	51,1	0,2	-	(1,1)	50,2
Custos operacionais	4.294,1	151,5	1.111,4	96,0	5.653,0
Variação					
Compras de energia	(82,6)	-	(22,2)	-	(104,8)
Custos de construção	-	2.123,0	-	-	2.123,0
Depreciação e amortização	49,5	-	-	(0,1)	49,4
Encargos de uso da rede elétrica e conexão	46,6	-	-	-	46,6
Materiais e serviços de terceiros	61,7	-	-	2,3	64,0
Transações no mercado de curto prazo	(117,5)	-	0,6	-	(116,9)
Pessoal	18,8	-	-	(2,1)	16,7
Combustíveis para geração	31,1	-	-	-	31,1
Seguros	23,4	-	-	-	23,4
Royalties	(47,1)	-	-	-	(47,1)
Custo da venda de painéis solares	-	-	-	(16,4)	(16,4)
Perdas não realizadas em operações de <i>trading</i>	-	-	21,7	-	21,7
Repactuação do risco hidrológico	(967,7)	-	-	-	(967,7)
Outros custos operacionais, líquidos	18,3	(0,2)	-	1,8	19,9
Custos operacionais	(965,5)	2.122,8	0,1	(14,5)	1.142,9

Em 2020, os custos operacionais atingiram R\$ 6.795,9 milhões, superando em R\$ 1.142,9 milhões (20,2%) os custos de 2019, de R\$ 5.653,0 milhões. Esta variação foi reflexo dos seguintes fatores: (i) acréscimo de R\$ 2.122,8 milhões de custos no segmento de transmissão; (ii) decréscimo de R\$ 965,5 milhões (22,5%) no segmento de geração e venda de energia do portfólio; (iii) redução de R\$ 14,5 milhões (15,1%) de custos de venda e instalação de painéis solares; e (iv) aumento de R\$ 0,1 milhão nos custos de operações de *trading* de energia.

Da variação observada no item (ii), destaca-se a recuperação de custos passados de energia, no montante de R\$ 967,7 milhões, motivada pela repactuação do risco hidrológico, de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020.

Tais variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

Comentários sobre as variações dos custos operacionais

➤ Geração e venda de energia do portfólio

Compras de energia: Na comparação anual, houve redução de R\$ 82,6 milhões (5,3%) nessas operações, substancialmente motivada pelos seguintes eventos: (i) R\$ 119,0 milhões — decréscimo de 7,6% no preço médio líquido de compras de energia; e (ii) R\$ 36,4 milhões — acréscimo de 212 GWh (24 MW médios) na quantidade comprada.

O decréscimo observado no preço médio de compra foi motivado, principalmente, pela redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) — utilizado como parâmetro para estabelecimento de preço de curto prazo — e pelos efeitos da retração econômica provocada pela pandemia da Covid-19, como explorado anteriormente (na seção Volume de Vendas).

O aumento no volume de compras é resultante, substancialmente, da alocação estratégica de recursos da Companhia visando otimizar a alocação de energia, bem como pela frustração de hidrologia no período.

Depreciação e amortização: Na comparação anual, houve aumento de R\$ 49,5 milhões (5,9%), dos quais R\$ 65,5 milhões são oriundos da entrada em operação comercial de Pampa Sul e Umburanas – Fase I, atenuado pelo término de vida útil de revisões programadas realizadas na Usina Termelétrica Jorge Lacerda e da postergação da próxima revisão, inicialmente prevista para o segundo semestre de 2020.

Encargos de uso de rede elétrica e conexão: Na comparação anual, houve elevação de R\$ 46,6 milhões (9,1%), consequência, principalmente, do reajuste anual das tarifas de transmissão e distribuição e da entrada em operação comercial da Pampa Sul e Umburanas – Fase I, responsável por R\$ 19,0 milhões do total da variação.

Materiais e serviços de terceiros: elevação de R\$ 61,7 milhões (22,2%), resultante, substancialmente, de aumentos nos contratos de operação e manutenção do parque gerador (R\$ 11,7 milhões em 2020, se comparados a 2019). Adicionalmente, os custos com manutenção decorrentes de novos contratos oriundos da entrada em operação de Pampa Sul e de Umburanas – Fase I, foram de R\$ 48,4 milhões. Por fim, houve acréscimo nos custos com materiais de reposição e consumo, principalmente relacionados às atividades de prevenção à Covid-19 (R\$ 6,1 milhões em 2020).

Transações no mercado de energia de curto prazo: Na comparação anual, os custos com essas transações foram inferiores em R\$ 117,5 milhões (27,9%) entre 2019 e 2020. Mais detalhes estão descritos a seguir em item específico.

Pessoal: elevação de R\$ 18,8 milhões (7,4%) na comparação entre 2020 e 2019, resultante, substancialmente, das novas contratações, em especial nas usinas Pampa Sul e Umburanas – Fase I, e do reajuste anual da remuneração dos colaboradores. Adicionalmente, o volume de provisões com participações nos resultados e bônus foi superior a 2019. Esses efeitos foram parcialmente atenuados por reduções nas despesas com credenciamento médico, reembolso de despesas médicas e despesas com planos de saúde.

Combustíveis para geração: Acréscimo de R\$ 31,1 milhões (18,0%) entre 2019 e 2020, motivado, substancialmente, pelo aumento no consumo de carvão próprio, no montante de R\$ 75,4 milhões, parcialmente atenuado pelo efeito positivo oriundo da reavaliação pela Aneel quanto à quantidade excedente de carvão em anos anteriores. O acréscimo no consumo de carvão próprio observado foi motivado pelo maior volume de energia gerada pelas usinas termelétricas da Companhia entre o período comparado.

Seguros: aumento de R\$ 23,4 milhões (35,7%) na comparação anual, decorrente, substancialmente, do acréscimo de prêmio na renovação da apólice de riscos operacionais em junho de 2020 e pelo incremento no prêmio de seguros na Usina Termelétrica Jorge Lacerda, embasado na reavaliação de riscos desta Usina. Adicionalmente, R\$ 13,4 milhões são oriundos das entradas em operação comercial de Pampa Sul e Umburanas – Fase I.

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (Royalties): Na comparação anual, houve decréscimo de R\$ 47,1 milhões (35,8%), em decorrência, principalmente, de menor geração das usinas hidrelétricas entre os períodos, parcialmente atenuada pelo reajuste anual.

Repactuação do risco hidrológico: em 15 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia aprovou a adesão das usinas detentoras de concessão de geração de energia elétrica à repactuação do risco hidrológico de que trata a Lei nº 14.052/2020, regulada pela Resolução Normativa Aneel nº 895/2020. A legislação prevê a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) por efeitos causados por empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física e às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento e, de forma retroativa, por geração fora da ordem de mérito e importação. Como compensação, os geradores têm direito à extensão do prazo de concessão das outorgas de geração por até sete anos. Diante disso, foi reconhecido ativo intangível, correspondente ao direito de extensão da concessão, em contrapartida da rubrica “Recuperação de custos de energia - Repactuação de risco hidrológico” da demonstração do resultado, no montante de R\$ 967,7 milhões. Adicionalmente, a Companhia esclarece que não efetuou o reconhecimento dos direitos de extensão relativos aos Consórcios Itá e Machadinho, haja vista não ter havido a aprovação, em 2020, de todas as consorciadas, conforme determina a legislação. A aprovação desses consórcios deverá ocorrer em 2021.

Painéis solares

Na comparação anual, houve decréscimo de R\$ 14,5 milhões (15,1%) motivado, principalmente, pela desaceleração das atividades comerciais, em decorrência da pandemia da Covid-19.

Resultado operacional do segmento de transmissão de energia

A Companhia é a responsável primária pela construção e instalação de infraestruturas relacionadas às concessões de transmissão dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul, cuja implantação iniciou no segundo semestre de 2018, e Novo Estado, a partir da aquisição de 100% das ações da Novo Estado Transmissora de Energia S.A. em março de 2020, e está exposta aos riscos e benefícios dessas construções. Com base nas práticas contábeis vigentes, a ENGIE Brasil Energia reconhece receita de implementação de infraestrutura de transmissão, ao longo da implantação, em montante correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta residual, destinada a cobrir os custos relacionados com a gestão das obras. Os gastos incorridos na construção estão reconhecidos no custo da infraestrutura de transmissão. A Receita Anual Permitida (RAP) é recebida a partir da entrada em operação comercial do Sistema de Transmissão. Dessa forma, só há entrada de recursos advindos da atividade operacional a partir deste momento.

O lucro operacional bruto do segmento de transmissão de energia apresentou aumento de R\$ 262,6 milhões na comparação anual, devido, principalmente ao início da construção de Novo Estado e da evolução na execução das obras de construção do Sistema de Transmissão Gralha Azul. Adicionalmente, a receita de remuneração de infraestrutura de transmissão também é impactada pela variação do IPCA.

Em 2020, a Companhia reconheceu ganho líquido por eficiência na implementação de infraestrutura de transmissão de R\$ 35,2 milhões.

Resultado operacional do segmento de trading de energia

A Companhia atua no mercado de *trading* físico de energia, a fim de auferir resultados por meio da variação de preços de energia, dentro de limites de risco pré-estabelecidos. As operações de *trading* de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem à definição de instrumentos financeiros por valor justo, devido principalmente ao fato de que não há compromisso de combinar operações de compra e de venda, havendo flexibilidade para gerenciar os contratos para obtenção de resultados por variações de preços no mercado.

Em bases anuais, o resultado bruto apresentou redução de R\$ 25,2 milhões, passando de prejuízo de R\$ 2,4 milhões em 2019 para prejuízo de R\$ 27,6 milhões em 2020, decorrente, substancialmente, do efeito negativo da marcação a mercado, de R\$ 45,2 milhões. Esse efeito foi parcialmente atenuado por: (i) R\$ 11,1 milhões de efeito positivo nas transações realizadas; e (ii) R\$ 8,9 milhões oriundos do resultado positivo das transações no mercado de energia de curto prazo.

Detalhamento das operações de curto prazo

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia cujo principal objetivo é a gestão da exposição da Companhia na CCEE. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal, portanto, de curto prazo, dos resultados advindos da contabilização na Câmara. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas ao PLD, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da Câmara são sintetizados em fatura única (a receber ou a pagar), exigindo, portanto, seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cumpre ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura dos períodos em análise, sendo esse o motivo para a criação deste tópico. Desse modo, permite analisar oscilações dos principais elementos, apesar de terem sido alocados ora na receita, ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente, esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF — *Generation Scaling Factor*), que ocorre quando a geração das usinas que integram o MRE, em relação à energia alocada, é menor ou maior (Energia Secundária); (iii) do chamado “risco de submercado”; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que será liquidada ao valor do PLD.

No acumulado de 2020, o resultado líquido, fruto de transações de curto prazo, foi positivo em R\$ 241,3 milhões, decréscimo de R\$ 37,2 milhões em relação ao resultado também positivo de R\$ 278,5 milhões do ano de 2019, sendo R\$ 46,1 milhões de redução no resultado das transações no segmento de geração e venda de energia do portfólio e um aumento de R\$ 8,9 milhões no resultado das transações de *trading* de energia.

Essa redução é reflexo, principalmente, da combinação dos seguintes eventos: (i) aumento do impacto negativo do Fator de Ajuste do MRE (GSF) — já deduzido dos efeitos da repactuação do risco hidrológico, motivado pela menor geração hídrica no período comparado, parcialmente atenuado pela curva de variação do PLD entre os anos em análise, a qual apresentou maior volatilidade em 2020; (ii) despesa no MRE, dada a menor geração hidrelétrica em 2020; e (iii) efeito negativo proveniente da diferença de preços entre os submercados Norte/Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste. Esses eventos foram atenuados pelos fatores a seguir: (iv) aumento de impacto financeiro de operações de curto prazo e da posição vendedora na CCEE; e (v) maior despacho da Usina Termelétrica Jorge Lacerda entre os períodos analisados em função da menor geração hidrelétrica.

Em dezembro de 2019, a Aneel estabeleceu os limites máximo e mínimo do PLD para o ano de 2020 em R\$ 559,75/MWh e R\$ 39,68/MWh, respectivamente. A

	PLD médio em R\$/MWh	2020	2019	Var. 12M (%)
Sul		184,42	227,10	(18,8%)
Sudeste/Centro-Oeste		177,00	227,10	(22,1%)
Nordeste		134,42	166,73	(19,4%)

tabela ao lado apresenta os valores médios do PLD para os submercados nos quais a Companhia atua, por MWh.

Despesas com vendas, gerais e administrativas

Em bases anuais, as despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram R\$ 24,2 milhões (9,6%) entre 2019 e 2020, saindo de R\$ 253,2 milhões para R\$ 277,4 milhões, respectivamente. A elevação foi motivada pela combinação dos seguintes itens: (i) acréscimo de R\$ 24,6 milhões (10,1%) oriundos do segmento de geração e venda de energia do portfólio da Companhia, substancialmente impactado pelos seguintes efeitos: (i.i) R\$ 28,6 milhões nas despesas com pessoal; e (i.ii) R\$ 8,8 milhões nas despesas com materiais e serviços de terceiros, dos quais se destacam a aquisição de serviços gerais de informática, alinhada à política de digitalização da Companhia, bem como de materiais de consumo relacionados às atividades de prevenção à Covid-19. Esses efeitos foram, parcialmente, atenuados pela redução promovida pelo reconhecimento de R\$ 10,2 milhões em provisão para contingências cíveis, em 2019. Adicionalmente, houve redução de R\$ 0,4 milhão nos demais segmentos em que a Companhia atua.

Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

As outras (despesas) receitas operacionais, líquidas, apresentaram efeito negativo de R\$ 325,1 milhões (101,5%) entre 2019 e 2020, sendo que em 2020 a Companhia reconheceu outras despesas operacionais, líquidas, no montante de R\$ 4,7 milhões, enquanto em 2019 houve reconhecimento de outras receitas operacionais, líquidas, no montante de R\$ 320,4 milhões. Essa variação foi motivada, substancialmente, pelo reconhecimento, no 3T19, de outras receitas operacionais não recorrentes oriundas de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção de Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra, no montante de R\$ 321,0 milhões. O valor recebido está estipulado em contrato e foi apurado a partir do produto entre a quantidade de dias em atraso na entrega da obra e um valor fixo diário. Esse valor foi apurado de forma a compensar a Companhia pelo resultado não auferido em consequência de atraso na conclusão da obra.

Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

No comparativo anual houve uma variação de R\$ 93,9 milhões em *impairment*, decorrente, substancialmente, (i) possibilidade de desligamento das unidades 1 e 2 da Usina Termelétrica Jorge Lacerda, prevista para dezembro de 2021, conforme estratégia de descarbonização da Companhia; e (ii) aos valores de “Mais valia na aquisição de investimentos” e ao “Ágio por expectativa de rentabilidade futura”, originados da aquisição da EGSD, pela possibilidade de não recuperação desses valores. Cabe reforçar que as unidades 1 e 2 da Usina tem garantia física líquida de 32 MWm e Custo Variável Unitário (CVU) de R\$ 270,48, motivo pelo qual é despachada pontualmente e por curtos períodos. Dessa forma, o seu eventual fechamento não resultará impactos importantes presentes, nem futuros, para a Companhia.

Resultado de equivalência patrimonial – transporte de gás

Em 13 de junho de 2019, a controlada em conjunto Aliança Transportadora de Gás S.A. (Aliança) adquiriu 90% da participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG). A Companhia possuía 32,5% de participação societária direta na controlada em conjunto Aliança e, portanto, 29,25% de participação societária indireta na TAG. Em 2 de setembro de 2019, a TAG realizou a incorporação da Aliança. A partir dessa data, a Companhia passou a possuir 29,25% de participação societária direta na TAG.

Em 20 de julho de 2020, a Companhia adquiriu da Petrobras a participação acionária adicional de 3,25% na TAG, do total de 10% que a Petrobras ainda detinha. A Companhia passou a deter, assim, 32,5% de participação societária direta na TAG.

O resultado de equivalência patrimonial da TAG dos anos de 2020 e 2019 é composto pelos seguintes itens:

DRE – em R\$ milhões	2020				2019		
	2020	01.01 até 19.07 (29,25%)	20.07 até 31.12 (32,5%)	Participação da EBE	2019	13.06 até 31.12 (29,25%)	Participação da EBE
Aliança (32,5%)							
Despesas gerais e administrativas	-	-	-	-	(325,4)	-	(105,8)
Amortização mais valia de ativos	-	-	-	-	(178,7)	-	(58,1)
Despesas de desenvolvimento do projeto de aquisição da TAG	-	-	-	-	(137,5)	-	(44,7)
Outros	-	-	-	-	(9,2)	-	(3,0)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos	-	-	-	-	(325,4)	-	(105,8)
Resultado financeiro	-	-	-	-	(326,3)	-	(106,0)
Prejuízo antes dos impostos	-	-	-	-	(651,7)	-	(211,8)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	62,8	-	20,4
Prejuízo líquido da Aliança	-	-	-	-	(588,9)	-	(191,4)
TAG							
Receita operacional líquida	6.003,8	3.094,0	2.909,8	1.850,7	5.194,5	2.915,7	852,8
Custos dos serviços prestados	(2.243,5)	(1.211,7)	(1.031,8)	(689,7)	(1.506,1)	(1.002,1)	(293,1)
Lucro bruto	3.760,3	1.882,3	1.878,0	1.161,0	3.688,4	1.913,6	559,7
Despesas gerais e administrativas	(140,1)	(80,5)	(59,6)	(42,9)	(206,1)	(133,7)	(39,1)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos	3.620,2	1.801,8	1.818,4	1.118,0	3.482,3	1.779,9	520,6
Resultado financeiro	(1.445,0)	(714,7)	(730,3)	(446,3)	(597,9)	(546,6)	(159,9)
Lucro antes dos impostos	2.175,2	1.087,1	1.088,1	671,6	2.884,4	1.233,3	360,7
Imposto de renda e contribuição social	(580,8)	(129,2)	(451,6)	(184,6)	(772,9)	(301,6)	(88,2)
Lucro líquido da TAG	1.594,4	957,9	636,5	487,1	2.111,5	931,7	272,5
Impacto na equivalência patrimonial da ENGIE Brasil Energia				487,1			81,1

A comparação entre os efeitos que impactaram os resultados de equivalência patrimonial entre 2019 e 2020 é inócua, uma vez que o resultado de equivalência patrimonial de 2019 contempla apenas 6 meses de resultado da TAG. Adicionalmente, durante grande parte do 2º semestre de 2020, a participação acionária da Companhia na TAG foi de 32,5%, superior aos 29,25% aplicados nos períodos anteriores à aquisição adicional.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda da TAG, apresentamos a tabela abaixo:

Ebitda – em R\$ milhões	2020	2019	
	TAG	Aliança	TAG
	100%	100%	100%
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos	3.620,2	(325,4)	3.482,3
Depreciação e amortização	628,0	-	665,2
Amortização da mais-valia	906,5	178,7	295,3
Ebitda	5.154,7	(146,7)	4.442,8

Balanço patrimonial

Os principais grupos do ativo e passivo da TAG nas datas de 31.12.2020 e 31.12.2019 eram os seguintes:

Balanço Patrimonial TAG	31.12.2020	31.12.2019
ATIVO		
Ativo circulante	2.220,3	1.832,5
Caixa e equivalentes de caixa	436,6	340,9
Ganhos não realizados com operações de <i>hedge</i>	18,6	-
Outros ativos circulantes	1.765,1	1.491,6
Ativo não circulante	35.659,5	34.830,0
Depósitos vinculados	202,6	-
Ganhos não realizados com operações de <i>hedge</i>	29,1	-
Outros ativos realizáveis a longo prazo	3.523,9	1.715,0
Imobilizado	29.184,9	30.616,6
Intangível	2.719,0	2.498,4
Total	37.879,8	36.662,5
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo circulante	3.874,3	2.797,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.250,0	2.341,8
Perdas não realizadas com operações de <i>hedge</i>	298,0	427,3
Outros passivos circulantes	326,3	28,3
Passivo não circulante	27.078,1	24.037,0
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.519,1	21.250,8
Perdas não realizadas com operações de <i>hedge</i>	910,2	-
Outros passivos não circulantes	3.648,8	2.786,2
Patrimônio líquido	6.927,4	9.828,1
Total	37.879,8	36.662,5

Ebitda e margem Ebitda

	Ebitda por segmento – 2020 x 2019 (em R\$ milhões)					
	Energia elétrica					Consolidado
	Geração	Transmissão	Trading	Painéis Solares	Transporte de Gás	
2020						
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	4.839,2	279,9	(30,7)	(6,0)	487,1	5.569,5
Depreciação e amortização	914,0	-	-	1,0	-	915,0
Ebitda	5.753,2	279,9	(30,7)	(5,0)	487,1	6.484,5
Margem Ebitda	67,4%	11,0%	(2,8%)	(6,2%)	-	52,9%
2019						
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	4.205,9	18,4	(5,3)	(5,2)	81,1	4.294,9
Depreciação e amortização	862,5	-	-	0,8	-	863,3
Ebitda	5.068,4	18,4	(5,3)	(4,4)	81,1	5.158,2
Margem Ebitda	60,1%	10,8%	(0,5%)	(4,5%)	-	52,6%
Variação						
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro	633,3	261,5	(25,4)	(0,8)	406,0	1.274,6
Depreciação e amortização	51,5	-	-	0,2	-	51,7
Ebitda	684,8	261,5	(25,4)	(0,6)	406,0	1.326,3
Margem Ebitda	7,3 p.p.	0,2 p.p.	(2,3 p.p.)	(1,7 p.p.)	-	0,3 p.p.

Na comparação anual entre 2020 e 2019, o Ebitda aumentou R\$ 1.326,3 milhões (25,7%), passando de R\$ 5.158,2 milhões em 2019 para R\$ 6.484,5 milhões em 2020. A variação foi consequência da combinação dos seguintes efeitos positivos: (i) R\$ 684,8 milhões (13,5%) no segmento de geração e venda de energia elétrica do portfólio da Companhia; (ii) R\$ 261,5 milhões oriundos do segmento de transmissão de energia; e (iii) R\$ 406,0 milhões decorrentes de maior resultado de participação societária em controlada em conjunto – TAG. Os referidos impactos positivos foram contrabalanceados pelos seguintes efeitos negativos: (iv) R\$ 25,4 milhões oriundos do segmento de *trading* de energia – dos quais R\$ 45,2 milhões são provenientes dos efeitos da marcação a mercado, parcialmente atenuada pelo impacto positivo de R\$ 19,8 milhões originados das transações realizadas e das despesas operacionais; e (iv) R\$ 0,6 milhão (13,6%) oriundo do segmento de painéis solares.

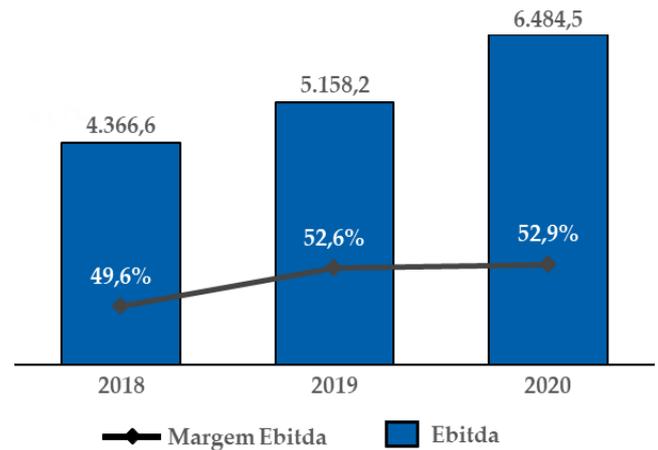
O segmento de geração, cuja variação foi indicada no item (i) acima, foi afetado por eventos não recorrentes reconhecidos nos anos em comparação, no montante de R\$ 636,3 milhões referente aos seguintes eventos: (i) acréscimo de R\$ 967,7 milhões referente à recuperação de custos de energia, haja vista a repactuação do risco hidrológico, em 2020; (ii) R\$ 83,5 milhões de ganho em ação judicial, em 2020; (iii) efeito negativo de R\$ 321,0 milhões de outras receitas operacionais oriundas de indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção de Pampa Sul, reconhecida em 2019; e (iv) R\$ 93,9 milhões oriundos de acréscimo nos valores de *impairment*, entre os anos em comparação.

Desconsiderando esses efeitos, o Ebitda desse segmento em 2020 passaria de R\$ 5.753,2 milhões para R\$ 4.800,8 milhões e em 2019 de R\$ 5.068,4 milhões para R\$ 4.752,3 milhões. Assim, na comparação entre os anos em análise, o Ebitda desse segmento apresentaria um acréscimo de R\$ 48,5 milhões (1,0%), consequência, substancialmente, dos seguintes efeitos positivos: (i) R\$ 126,5 milhões resultantes da combinação das variações de quantidade de energia vendida e do preço médio líquido de venda; (ii) R\$ 82,6 milhões de redução nas compras de energia; (iii) R\$ 47,1 milhões de decréscimo em *royalties*; e (iv) R\$ 28,8 milhões de indenização por interrupção de negócios, motivada por sinistros. Tais efeitos foram atenuados pelos seguintes efeitos negativos: (v) R\$ 61,7 milhões de aumento nos custos com materiais e serviços de terceiros; (vi) R\$ 46,6 milhões proveniente de aumento dos encargos de uso da rede; (vii) R\$ 46,1 milhões no resultado das transações realizadas no mercado de curto prazo; (viii) R\$ 31,1 milhões de maior consumo de combustível próprio; (ix) R\$ 24,6 milhões de aumento de despesas com vendas, gerais e administrativas; (x) R\$ 18,8 milhões referente a incremento no custo de pessoal; e (xi) R\$ 7,6 milhões das demais receitas, custos e despesas operacionais.

Margem Ebitda geração

A margem Ebitda no segmento de geração apresentou aumento de 7,3 p.p., passando de 60,1% em 2019 para 67,4% em 2020.

Ebitda* (R\$ milhões) e margem Ebitda



* Ebitda: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

Desconsiderando os efeitos não recorrentes mencionados anteriormente, reconhecidos nos anos de 2019 e 2020, o Ebitda do segmento apresentaria um acréscimo de R\$ 48,5 milhões (1,0%). A margem Ebitda em 2020 e 2019 seria de 56,8% e 56,4%, respectivamente, o que representaria um acréscimo de 0,4 p.p. entre os anos comparados.

Margem Ebitda consolidada

A margem Ebitda consolidada apresentou aumento de 0,3 p.p., passando de 52,6% em 2019 para 52,9% em 2020. Desconsiderando os efeitos não recorrentes mencionados, o Ebitda consolidado apresentaria um aumento de R\$ 690,0 milhões (14,3%) entre os anos de 2020 e 2019. A margem Ebitda entre os anos comparados teria um decréscimo de 4,0 p.p.

Destaca-se que a margem Ebitda consolidada é parcialmente reduzida pelos efeitos das operações de *trading* de energia, do reconhecimento da receita e dos custos relativos à construção das linhas de transmissão e das operações realizadas pela controlada EGSD, os quais apresentam margens inferiores às auferidas pelas demais operações realizadas pela Companhia.

Com a finalidade de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o Ebitda, apresentamos a tabela a seguir:

(Valores em R\$ milhões)	2018	2019	2020	Var. 2020 x 2019
Lucro líquido	2.315,4	2.311,1	2.797,3	21,0%
(+) Imposto de renda e contribuição social	652,4	776,8	889,8	14,5%
(+) Resultado financeiro	699,3	1.207,0	1.882,4	56,0%
(+) Depreciação e amortização	660,2	863,3	915,0	6,0%
Ebitda	4.327,3	5.158,2	6.484,5	25,7%

Resultado financeiro

Receitas financeiras: No comparativo entre os anos, as receitas financeiras aumentaram R\$ 107,7 milhões (73,2%), passando de R\$ 147,1 milhões em 2019 para R\$ 254,8 milhões em 2020. Essa variação é explicada, essencialmente, pelos seguintes fatores: (i) aumento, não recorrente, de juros sobre impostos e contribuições sociais, no montante de R\$ 76,3 milhões, referentes à atualização financeira sobre recuperação de tributos oriunda de ganho em ação judicial; (ii) acréscimo de R\$ 39,9 milhões de variação monetária oriundo, principalmente, (ii.i) R\$ 29,4 milhões, decorrentes da conclusão por parte do órgão regulador dos efeitos da aplicação de resolução Aneel, a qual previa a redução do reembolso do carvão mineral adquirido com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) em função da eficiência energética da unidade geradora e (ii.ii) R\$ 10,0 milhões, motivados pelos impactos decorrentes da variação monetária resultante de recuperação de custo passado de aquisição de carvão; e (iii) redução de R\$ 6,4 milhões na receita com aplicações financeiras, motivada pela queda na taxa de juros observada entre os anos em comparação.

Despesas financeiras: Em base anual, as despesas aumentaram de R\$ 1.354,1 milhões em 2019 para R\$ 2.137,2 milhões em 2020, ou seja, R\$ 783,1 milhões (57,8%), resultado da combinação, principalmente: (i) pelas elevações de R\$ 463,9 milhões nos juros e correção monetária sobre as concessões a pagar; e (ii) pelo aumento de R\$ 292,5 milhões nos juros, variação monetária e no ajuste a valor justo sobre dívidas.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

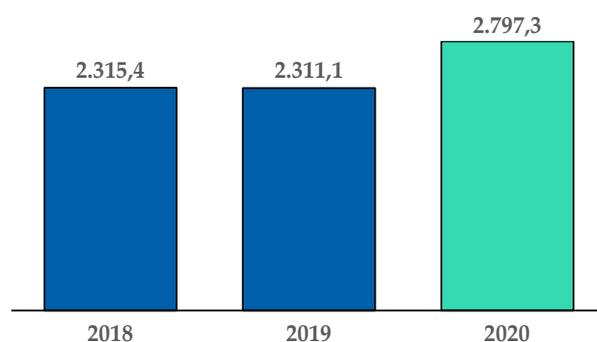
As despesas com IR e CSLL aumentaram R\$ 113,0 milhões entre os períodos analisados, passando de R\$ 776,8 milhões em 2019 para R\$ 889,8 milhões em 2020, em decorrência, principalmente, dos efeitos tributários sobre os itens não recorrentes reconhecidos em 2020, referentes ao acordo da repactuação do risco hidrológico, ganho em ação judicial e do *impairment*, mencionados anteriormente e do reconhecimento, em 2019, das indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais incorridos pelo fornecedor responsável pela construção da Usina Termelétrica Pampa Sul, principalmente relacionados ao atraso na conclusão da obra e do *impairment*. A taxa efetiva de IR e CSLL em 2020 foi de 24,1% inferior em 1,1 p.p à taxa apurada em 2019, de 25,2%.

Desconsiderando esses efeitos, houve decréscimo de R\$ 129,3 milhões, motivado por: (i) redução do lucro antes do IR e CSLL entre os períodos observados; e (ii) maior benefício de incentivos fiscais no ano de 2020.

Lucro líquido

Em bases anuais, o lucro líquido aumentou de R\$ 2.311,1 milhões em 2019 para R\$ 2.797,3 milhões, um incremento de R\$ 486,2 milhões ou 21,0%. Esse efeito positivo é consequência dos seguintes impactos: (i) elevação de R\$ 1.326,3 milhões no Ebitda; (ii) aumento de R\$ 675,4 milhões das despesas financeiras líquidas; (iii) acréscimo de R\$ 113,0 milhões do imposto de renda e da contribuição social; e (iv) acréscimo de R\$ 51,7 milhões da depreciação e amortização. Desconsiderando os efeitos não recorrentes que impactaram os períodos (repactuação do risco hidrológico, *impairment* e ganho em ação judicial em 2020 e indenizações recebidas por descumprimentos de condições contratuais e *impairment* em 2019), o lucro líquido de 2020 foi superior em R\$ 15,9 milhões (0,8%).

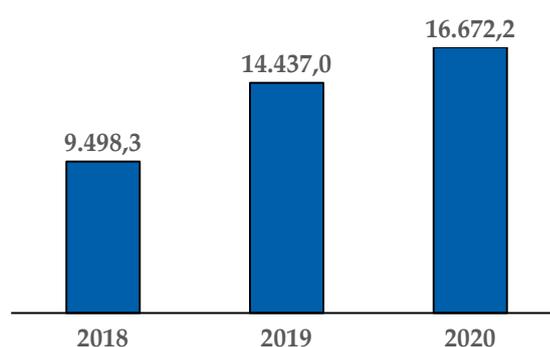
Lucro líquido (R\$ milhões)



Endividamento

Em 31 de dezembro de 2020, a dívida bruta total consolidada, representada, principalmente, por empréstimos, financiamentos, debêntures e ações preferenciais resgatáveis, líquidos dos efeitos de operações de *hedge*, totalizava R\$ 16.672,2 milhões — aumento de 15,5% (R\$ 2.235,5 milhões) comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2019.

Dívida bruta (R\$)

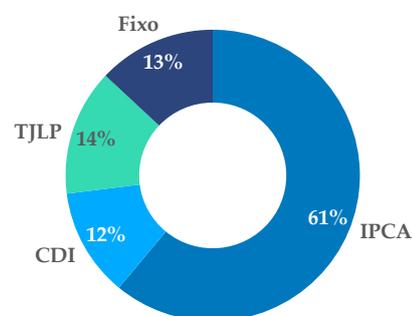


A variação no endividamento da Companhia está relacionada, principalmente, à combinação dos seguintes fatores, ocorridos no ano de 2020: (i) saques junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e bancos repassadores, no montante de R\$ 2.181,3 milhões, destinados, principalmente, à construção do Conjunto Eólico Campo Largo II e dos Sistemas de Transmissão Gralha Azul e Novo Estado; (ii) captação de empréstimos, via operação 4131, no montante de R\$ 1.132,4 milhões, junto a instituições financeiras situadas no exterior, totalmente protegido por operações de *hedge*, destinados à formação de capital de giro e para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia; (iii) emissão de debêntures no valor de R\$ 1.009,3 milhões, para financiamento da implementação dos projetos de transmissão e de Pampa Sul; (iv) ingresso de R\$ 476,8 milhões, do valor da subscrição das ações preferenciais da Novo Estado Participações S.A.; (v) geração de R\$ 1.150,0 milhões em encargos incorridos a serem pagos e variação monetária; e (v) R\$ 3.714,3 milhões em amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures.

Cronograma de vencimento da dívida (R\$ milhões)



Composição da Dívida



O custo médio ponderado nominal da dívida ao fim do ano de 2020 foi 7,6% (ante 7,6% no fim de 2019).

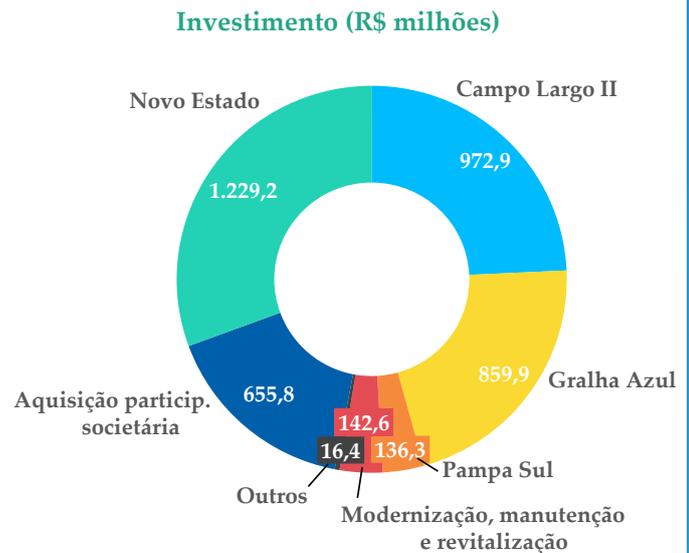
Em 31 de dezembro de 2020, a dívida líquida (dívida total menos resultado de operações com derivativos, depósitos vinculados à garantia do pagamento dos serviços da dívida e caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R\$ 11.786,4 milhões, aumento de 15,6% em relação ao registrado ao fim de 2019.

Dívida líquida (R\$ milhões)

	2018	2019	2020	Var. 2020 x 2019
Dívida bruta	9.720,2	14.763,1	17.246,1	16,8%
Resultado de operações com derivativos	(222,0)	(326,3)	(573,9)	75,9%
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(226,2)	(374,7)	(346,9)	-7,4%
Caixa e equivalentes de caixa	(2.415,8)	(3.870,3)	(4.538,9)	17,3%
Dívida líquida total	6.856,3	10.191,8	11.786,4	15,6%
Dívida líquida x Ebitda	1,6x	2,0x	1,8x	

Investimentos

Em 2020, a Companhia investiu R\$ 4.013,1 milhões, dos quais (i) R\$ 655,8 milhões foram destinados à aquisição de participações societárias: R\$ 328,6 milhões destinados à aquisição de 100% da participação societária na Novo Estado Transmissora de Energia S.A. e R\$ 327,2 milhões destinados à aquisição de 3,25% de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG); (ii) R\$ 3.214,7 milhões aplicados na construção de novos projetos, sendo: (ii.i) R\$ 1.229,2 milhões concentrados no Sistema de Transmissão Novo Estado; (ii.ii) R\$ 972,9 milhões no Conjunto Eólico Campo Largo II; (ii.iii) R\$ 859,9 milhões no Sistema de Transmissão Gralha Azul; (ii.iv) R\$ 136,3 milhões na Usina Termelétrica Pampa Sul e (ii.v) R\$ 16,4 milhões em outros investimentos; (iii) R\$ 142,6 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador, sendo R\$ 9,9 milhões desse montante designado especificamente para as modernização da Usina Hidrelétrica Salto Osório.

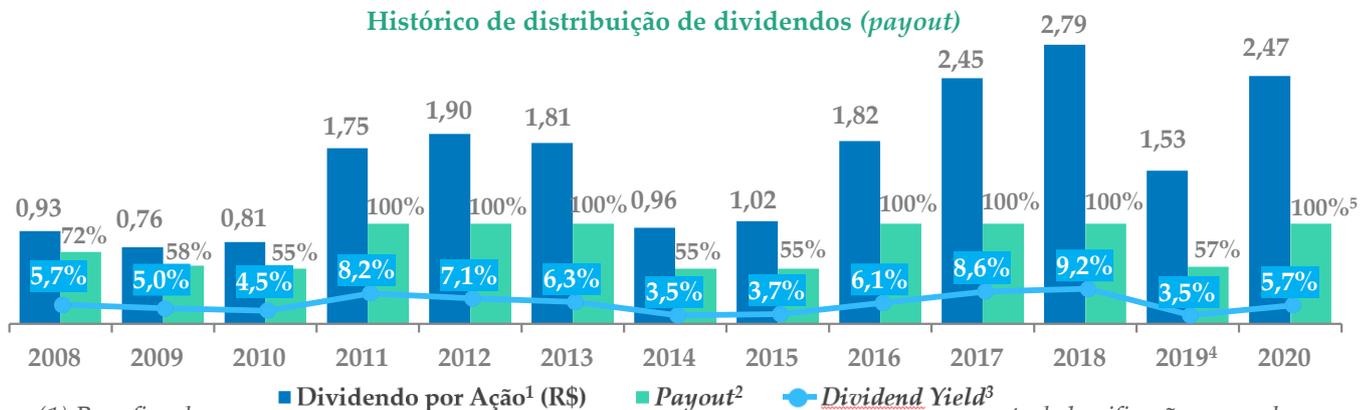


Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração da Companhia, em reuniões realizadas em 30.07.2020 e 15.12.2020, aprovou a distribuição de dividendos intercalares, nos valores de R\$ 677,7 milhões, correspondente a R\$ 0,8305737385 por ação, e de R\$ 554,5 milhões, correspondente a R\$ 0,6795603315 por ação, respectivamente. As ações foram negociadas ex-dividendos intercalares a partir de 10.08.2020 e 21.12.2020, respectivamente. O total de dividendos intercalares aprovados é equivalente a 100% do lucro líquido ajustado do 1º semestre de 2020, cujo pagamento se deu em 29.01.2021. Adicionalmente, na reunião de 15.12.2020 foi também aprovado pagamento de juros sobre o capital próprio referentes ao exercício de 2020, no valor de R\$ 175,0 milhões (R\$ 0,2144797773 por ação).

Na RCA de 11.02.2021 foi aprovada a proposta de dividendos complementares ao exercício de 2020, no montante de R\$ 609,6 milhões (R\$ 0,7471177357 por ação). Todos os proventos deverão ser ratificados pela Assembleia Geral Ordinária, a quem caberá definir as condições de pagamento.

Mesmo diante dos desafios enfrentados em razão da pandemia da Covid-19 e dos investimentos realizados no ano de 2020, o total proposto de proventos relativos a 2020 atingiu R\$ 2.016,8 milhões (R\$ 2,4717315830 por ação), equivalente a 100% do lucro líquido distribuível (desconsiderando a repactuação do risco hidrológico).



(1) Para fins de comparação entre os anos, houve ajuste do dividendo por ação decorrente da bonificação aprovada em 07.12.2018.

(2) Considera o lucro líquido ajustado do exercício.

(3) Baseado no preço de fechamento ponderado por volume das ações ON no período.

(4) Os valores de 2019 foram reapresentados tendo em vista a retenção dos dividendos complementares referentes ao exercício de 2019 pela AGO.

(5) Desconsiderando efeitos da repactuação do risco hidrológico.

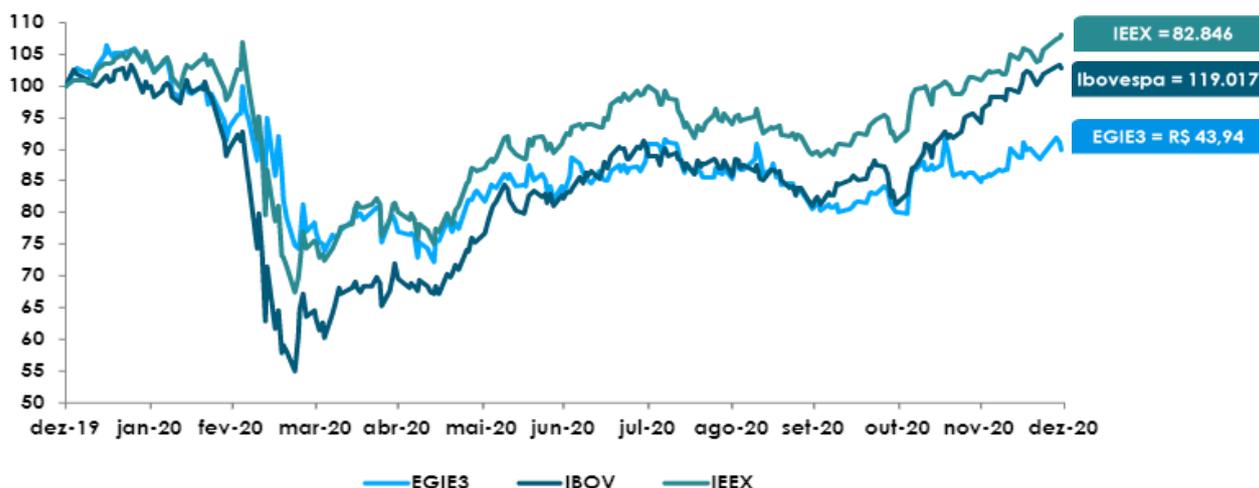
Mercado de capitais e desempenho das ações

As ações da Companhia são negociadas na bolsa brasileira (B3) sob o código EGIE3 (100% ações ordinárias). Além disso, a Companhia possui *American Depositary Receipts* (ADR) Nível I negociados no mercado de balcão norte-americano *Over-The-Counter* (OTC) sob código EGIEY, tendo a relação de um ADR para cada ação ordinária.

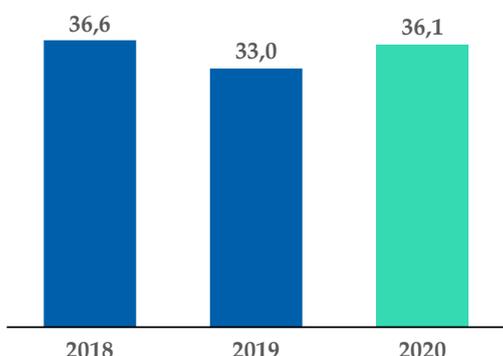
As ações da ENGIE Brasil Energia registraram desvalorização de 10,1% no ano, enquanto o IIEEX e do Ibovespa fecharam em crescimento de 8,1% e 2,9%, respectivamente. O volume médio de negociação da EGIE3 alcançou R\$ 81,1 milhões, acréscimo de 35,1% em relação ao ano de 2019, quando atingiu R\$ 60,0 milhões.

No último pregão de dezembro de 2020, as ações da Companhia encerraram cotadas a R\$ 43,94/ação, o que confere à ENGIE Brasil Energia valor de mercado de R\$ 35,9 bilhões.

EGIE3 vs. Ibovespa vs. IEEX (Base 100 – 31.12.2019)

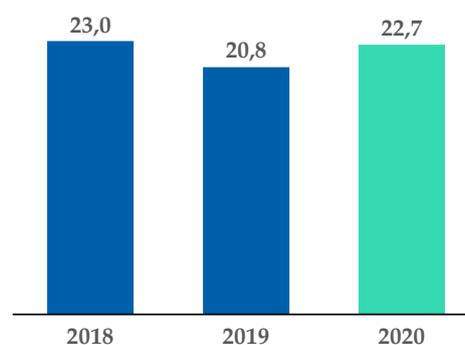


ROE* - Retorno sobre o patrimônio líquido (%)



* ROE: lucro líquido dos últimos 4 trimestres / patrimônio líquido.

ROIC** - Retorno Sobre o Capital Investido (%)



** ROIC: taxa efetiva x EBIT / capital investido (capital investido: dívida - caixa e eq. caixa - depósitos vinculados ao serviço da dívida + PL).

Ratings

A agência Fitch Ratings reafirmou em 2020 o Rating Nacional de Longo Prazo em 'AAA(bra)' com perspectiva estável e em escala global 'BB' com perspectiva estável, um nível acima do rating soberano.

Agência Fitch Ratings	Classificação
Rating Nacional	AAA(bra)
Rating Internacional – Emissões em moeda nacional	BBB-
Rating Internacional – Emissões em moeda estrangeira	BB
Rating 6º Emissão de debêntures, com vencimento em 2024	AAA(bra)
Rating 7º Emissão de debêntures, com vencimento em 2026	AAA(bra)

GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A sustentabilidade está no centro da estratégia da Companhia, de modo que a performance dos negócios é ancorada no respeito às pessoas e ao planeta, um compromisso refletido nos objetivos não-financeiros da ENGIE – que orientam a estratégia corporativa para além dos aspectos econômicos.

Nesse sentido, além de trabalhar para acelerar a transição rumo à economia de baixo carbono – tanto nas próprias operações quanto em clientes e comunidades onde está inserida – a Companhia se empenha em conduzir questões socioambientais de forma responsável e proativa, atuando em total conformidade com legislação e desenvolvendo ações voluntárias que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Tanto nos empreendimentos em operação quanto nos projetos em implantação, a gestão socioambiental inclui práticas para assegurar a conservação do ecossistema, a saúde e segurança de colaboradores e o apoio às comunidades locais.

Gestão ambiental

A conformidade legal, em todos os âmbitos, é um compromisso fundamental da ENGIE no desenvolvimento de suas atividades, no Brasil e no mundo. Esse compromisso inclui atendimento irrestrito à legislação ambiental, de modo que os empreendimentos, tanto nas fases de implantação quanto de operação, são submetidos a avaliações rigorosas quanto aos impactos causados sobre o ecossistema.

Tais avaliações são amparadas por estudos aprofundados, conduzidos por especialistas em cada tema, e devidamente validados pelos órgãos ambientais competentes – um pré-requisito para obtenção e manutenção das licenças exigidas. Em complemento às atividades realizadas para assegurar a conformidade legal, a Companhia desenvolve uma série de iniciativas voluntárias com foco na conservação dos recursos naturais e na minimização de impactos sobre o meio ambiente e às comunidades.

Para o alcance dos objetivos e metas ambientais corporativas, diversos indicadores de desempenho e conformidade são regularmente monitorados por meio do Sistema Integrado de Gestão (SIG), tais como emissões de gases de efeito estufa, gestão da água e efluentes, resíduos sólidos e manejo da fauna e flora. A fim de melhorar continuamente nosso desempenho, são estabelecidas metas anuais para todos os empreendimentos, considerando os aspectos mais relevantes em relação a impactos e uso de recursos.

Como resultado desse trabalho, em 2020, as seguintes licenças de operação (LO) foram renovadas:

- Central Eólica Mundaú, parte do Conjunto Eólico Trairi, renovada em 20.11.2020, com validade de seis anos;
- Usina Eólica Tubarão, renovada em 23.04.2020, com validade de quatro anos;
- Central Eólica Santa Mônica, parte do Conjunto Eólico Trairi, renovada em 02.09.2020, com validade de 10 anos;
- Captação, Adução e Tratamento de Água para Abastecimento Industrial na Unidade de Cogeração Lages, renovada em 20.04.2020, com validade de quatro anos;
- Linha de Transmissão de 138 kV da PCH José Gelazio da Rocha, renovada em 21.07.2020, com validade de cinco anos;

- Usina Termelétrica Pampa Sul, renovada em 04.02.2020, com validade de cinco anos.

Ainda relacionado ao tema, destacam-se em 2020 o encaminhamento do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (Pacuera) da Usina Hidrelétrica Cana Brava, em Goiás, e a aprovação, pelo Instituto Nacional do Meio Ambiente (Ibama), do Plano da Usina Hidrelétrica Itá, em Santa Catarina, encaminhado ao órgão em 2019. O Plano é elaborado de forma participativa junto às comunidades locais e apresenta orientações, diretrizes, ações e atividades de curto, médio e longo prazo para explicar normas e regras aos usuários do entorno dos reservatórios.

Como parte dos programas voluntários desenvolvidos pela Companhia nas regiões em que opera, destacam-se:

- *Programa de Conservação de Nascentes*: realizado em parceria com organizações governamentais e do terceiro setor, contribui para a preservação de recursos hídricos e a melhoria da qualidade da água consumida pelas comunidades. Desde o início do programa, 2.040 nascentes foram protegidas, 133 somente em 2020, na área de influência de 14 usinas operadas pela Companhia.

- *Doação e plantio de mudas*: a ENGIE Brasil Energia mantém oito viveiros de mudas, que cooperam para a manutenção dos biomas das regiões onde estão inseridos, por meio da criação das mudas de espécies nativas, doação à comunidade, e plantio pela própria Companhia. Ao todo, em 2020 foram mais de 360 mil mudas plantadas ou doadas, incluindo 2,8 mil araucárias no Paraná, como parte das compensações relacionadas à obra de implantação do Projeto de Transmissão Gralha Azul. Além de contribuir para a conservação da biodiversidade, o projeto tem caráter educativo, pois parte das doações são realizadas em eventos promovidos em escolas e outros ambientes comunitários.

- *Projeto Matriz Biodiversidade*: tem como principais objetivos o direcionamento de investimentos na área, a compatibilização de condicionantes ambientais com ações prioritárias de conservação, o aprimoramento dos indicadores de desempenho e a potencialização do impacto positivo sobre atributos ambientais ameaçados. Em 2020, os resultados do aprofundamento dos estudos ambientais em empreendimentos-piloto permitiram um desdobramento de ações estratégicas para conservação da biodiversidade nas regiões onde estão inseridos.

Responsabilidade social e relacionamento com as comunidades

Parceiras na busca pelo desenvolvimento sustentável, as comunidades das regiões onde a Companhia se insere constituem um público prioritário para a ENGIE Brasil Energia. Por isso, mantemos abertos canais de diálogo e apoiamos uma série de iniciativas das comunidades, destinando investimentos sociais principalmente para as seguintes áreas estratégicas: acesso à cultura e ao esporte, proteção da infância e da juventude, geração de renda e inclusão social.

Nos projetos em implantação, a partir do engajamento das comunidades locais e das orientações de órgãos licenciadores, a Companhia também incentiva atividades de capacitação e produção, com destaque para o apoio ao associativismo e ao cooperativismo e à melhoria das condições socioeconômicas de grupos sociais mais vulneráveis.

Em 2020, R\$ 22,6 milhões foram investidos pela ENGIE Brasil Energia em projetos de desenvolvimento comunitário não vinculados à implantação de empreendimentos. Esses investimentos foram distribuídos entre recursos próprios e incentivados, conforme demonstra o quadro a seguir, a fim de ampliar o impacto positivo nas comunidades.

Investimentos em responsabilidade social (R\$ mil)

Fonte de Recurso	2018	2019	2020	Varição 2020 x 2019
Investimentos não incentivados	3.497,0	4.034,6	7.504,2	86,0%
Investimentos pelo Fundo da infância e adolescência - FIA	1.837,0	2.609,0	1.868,4	-28,4%
Investimentos pela Lei de Incentivo à cultura - Rouanet	8.798,0	9.375,0	7.264,6	-22,5%
Investimentos pela Lei de incentivo ao esporte	1.610,0	2.490,0	1.418,5	-43,0%
Investimentos pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON	1.597,0	2.535,0	1.661,0	-34,5%
Investimentos pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD	1.607,4	2.546,0	1.436,3	-43,6%
Investimentos pelo Fundo Municipal do Idoso	1.430,9	2.286,0	1.480,9	-35,2%
TOTAL	20.377,3	25.875,6	22.633,9	-12,5%

Uma das principais ações de relacionamento com as comunidades em que a Companhia está inserida são os Centros de Cultura e Sustentabilidade – projetados, implantados e mantidos desde 2011 com patrocínio da ENGIE, tanto por meio de recursos incentivados quanto de recursos próprios. Esses espaços estimulam iniciativas culturais e educativas nas comunidades do entorno das operações da Companhia, proporcionando oportunidades de convívio comunitário e o acesso a manifestações artísticas, tais como teatro, música, dança e cinema – tão pouco usuais nos municípios menores do interior. Atualmente são seis centros implementados, o último deles inaugurado no município de Minaçu (GO), em agosto de 2019 – no entorno da Usina Hidrelétrica Cana Brava. Outros dois Centros, em Trairi (CE) e Saudade do Iguaçu (PR), receberam aval do Ministério da Cidadania e Secretaria da Cultura para início das obras – uma vez que utilizam recursos de incentivos fiscais para promoção cultural. O Centro de Itá (SC) ainda aguarda o aval da Secretaria.

Outra ferramenta importante no engajamento comunitário e difusão da cultura de sustentabilidade é o Programa de Visitas. Em parceria com outras entidades, a Companhia mantém rotinas estruturadas de visitas às usinas de seu parque gerador, apresentando como funcionam os empreendimentos e os projetos socioambientais desenvolvidos no entorno. O Programa é complementado por apresentações em escolas e outros ambientes comunitários, com foco nos mesmos temas e ênfase em educação ambiental. Cerca de 33 mil pessoas participaram das atividades do programa em 2020, número significativamente inferior aos valores historicamente observados, em decorrência da suspensão de atividades em virtude da pandemia de Covid-19.

Apoio ao voluntariado

A ENGIE Brasil Energia realiza desde 2018 a campanha “Energia Voluntária” que incentiva a doação de Imposto de Renda devido dos colaboradores a projetos sociais como centros culturais, creches, orfanatos, hospitais ou lares de idosos. A Companhia fornece apoio consultivo para efetivar as doações. Outro viés importante da iniciativa está no engajamento dos doadores em relação aos projetos beneficiados e suas causas sociais. A Campanha de 2020 contou com a participação de 52 colaboradores, gerando doações da ordem de R\$ 100 mil.

De forma análoga, foram realizadas três campanhas de incentivo à doação de colaboradores a entidades do entorno das operações da Companhia que forneciam apoio às pessoas mais impactadas pela Covid-19, apoiando especialmente a aquisição de cestas básicas, EPIs e itens de higiene e limpeza. Na primeira campanha, a Companhia dobrou o valor doado pelos colaboradores. Outras duas rodadas semelhantes foram realizadas, em que o valor doado pelas equipes foi triplicado. Ao todo, foram arrecadados R\$ 563 mil, considerando 1.528 doações de colaboradores e a participação da ENGIE Brasil Energia.

Enfrentamento à pandemia

Ciente do papel social que desempenha, a ENGIE Brasil Energia realizou uma série de ações dedicadas a apoiar as comunidades no enfrentamento à pandemia de Covid-19 e seus efeitos, destinando R\$ 7,1 milhões a iniciativas nesse sentido. No início da crise sanitária, o foco esteve no apoio mais imediato às instituições de saúde, a fim de melhorar as condições de atendimento à população, por meio da doação de equipamentos e materiais hospitalares. Na sequência, o auxílio se voltou a famílias em situação de vulnerabilidade, beneficiadas com doações de alimentos, bem como por projetos mais estruturados de para trabalho e geração de renda.

Em paralelo às ações solidárias, a ENGIE se manteve conectada às instituições de pesquisa dedicadas a desenvolver soluções para prevenção e diagnóstico da Covid-19. Uma das principais iniciativas nesse sentido foi a composição de um fundo emergencial para Fundação Instituto Oswaldo Cruz (Fiocruz), visando aumentar a produção de testes. Junto a outras cinco empresas do setor elétrico, a ENGIE Brasil Energia colaborou para que o fundo tivesse arrecadação inicial de \$ 9 milhões – desse total, R\$ 1,5 milhão foi aportado pela Companhia. Destaque também ao Programa “Estímulo 2020”, movimento que ofereceu capacitação e apoio financeiro para pequenos empreendedores manterem suas atividades durante a pandemia, com apoio financeiro da ENGIE Brasil Energia, da ordem de R\$ 1,0 milhão.

Em demonstração do engajamento no apoio às comunidades e inspirados em medidas similares adotadas pelos Diretores da ENGIE S.A., na França, todos os Conselheiros da Administração da Companhia indicados pela controladora concordaram em renunciar aos honorários de junho, julho e agosto de 2020. Os respectivos valores foram incorporados à Campanha de Solidariedade organizada junto aos colaboradores, sendo revertidos em auxílio para instituições de saúde e pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Mulheres do Nosso Bairro

Lançado pela Companhia em outubro de 2020, o projeto Mulheres do Nosso Bairro tem por objetivo apoiar mulheres das comunidades locais a superarem os efeitos negativos da pandemia. Alinhada ao compromisso da ENGIE Brasil Energia em promover a equidade de gênero, a iniciativa tem como base a constatação, relatada em estudos da ONU, de que as mulheres foram as mais impactadas pela crise sanitária – elas representam 70% da frente de combate à pandemia (empregos na área social e de saúde) e ocupam a maior parcela dos trabalhos informais, prejudicados neste momento e com poucas garantias sociais.

Entre essas iniciativas do projeto estão o fomento ao empreendedorismo, cursos on-line de capacitação gratuitos, informações sobre redes de apoio, ações de sensibilização e conscientização para combater a violência doméstica, além de suporte à saúde gestacional. O projeto iniciou com o aporte de R\$ 770 mil e abrange mais de 100 municípios, em 13 estados do Brasil.

Em outro eixo da iniciativa, a 1ª edição do Edital de Projetos foi finalizada em dezembro de 2020, contemplando 28 empreendedoras, que receberão, ao todo, R\$ 500 mil para desenvolver seus negócios, gerando impacto positivo em suas famílias e comunidades.

Gestão de pessoas

Na ENGIE Brasil Energia, o capital humano constitui um ativo essencial ao desenvolvimento dos negócios. Alinhados ao propósito de acelerar a transição energética, contribuindo para a construção de um futuro mais sustentável, nossos colaboradores contam com programas e plataformas dedicadas ao desenvolvimento pessoal e profissional, de forma ética, que possibilite qualidade de vida, reconhecimento e satisfação. Em 2020, diante da pandemia de Covid-19, a gestão de pessoas trouxe desafios adicionais, superados a partir do compromisso irrestrito de assegurar a saúde física e mental dos colaboradores e de suas famílias.

Ao final do ano, 1.538 colaboradores integravam o quadro funcional da ENGIE Brasil Energia – que contempla também colaboradores de empreendimentos em que a Companhia possui 100% de controle – com a seguinte composição:

Empregados próprios em 31.12.2020, por gênero e categoria funcional

Colaboradores por gênero e categoria funcional	homens	% dos homens	mulheres	% das mulheres	total	% do total
Gerência	255	21%	37	12%	292	19%
Analistas, engenheiros e especialistas	343	28%	148	48%	491	32%
Operadores, técnicos	634	51%	121	40%	755	49%
Total	1.232		306		1.538	

Além desse contingente, a Companhia contava com 47 estagiários e outros 143 eram vinculados a empresas não controladas integralmente (108 à TAG, 31 à Companhia Energética Estreito e 4 à Itá Energética).

A fim de avaliar a efetividades dos programas desenvolvidos para os colaboradores, a Companhia realiza regularmente uma pesquisa de clima organizacional. Em 2020, 92% dos colaboradores responderam ao questionário. Os destaques desse ciclo de pesquisa foram:

- 95% recomendam a Companhia como um bom lugar para se trabalhar
- 92% se sentem orgulhosos por serem associados à Companhia
- 97% acreditam que a ENGIE é uma empresa ambientalmente responsável
- 98% acreditam que a ENGIE é uma empresa socialmente responsável
- 89% acreditam que a gestão apoia a diversidade e a inclusão na ENGIE

Conforme definido na Política de Gestão Sustentável, a integridade física e psíquica, o profissionalismo, a capacitação e a competência dos empregados são prioridades para a ENGIE Brasil Energia. O mesmo cuidado dispensado aos empregados próprios é estendido aos prestadores de serviços – os contratos preveem cláusulas referentes ao tema, primando pela garantia da saúde e da segurança também de subcontratados e terceiros. Em 2020, nenhum acidente fatal foi registrado, e os indicadores anuais de Saúde e Segurança apresentaram desempenho dentro dos padrões pré-definidos.

Os quadros a seguir apresentam tais indicadores, segregando os dados referentes à ENGIE Geração Solar Distribuída (EGSD), que são contabilizados em separado.

Acidentes de Trabalho (exceto EGSD)

Colaboradores próprios	
Número de horas de exposição ao risco	2.420.548
Acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	4
Dias perdidos – acidentes de trabalho com afastamento	15
Acidentes fatais	0
Colaboradores de empresas contratadas	
Número de horas de exposição ao risco	17.660.961
Acidentes de trabalho e de trajeto com e sem afastamento	103
Acidentes fatais	0

Acidentes de Trabalho EGSD

Colaboradores próprios	
Número de horas de exposição ao risco	174.088
Acidentes de trabalho e trajeto com e sem afastamento	0
Dias perdidos – acidentes de trabalho com afastamento	0
Acidentes fatais	0
Colaboradores de empresas contratadas	
Número de horas de exposição ao risco	97.396
Acidente de trabalho e trajeto com e sem afastamento	0
Acidentes fatais	0

Indicadores – Saúde e Segurança no Trabalho (exceto EGSD)

Indicador	2018	2019	2020	Meta 2020*
Taxa de Frequência (TF) empregados próprios	0,970	0,000	0,413	Não há
Taxa de Gravidade (TG) empregados próprios	0,000	0,000	0,006	≤ 0,020
Taxa de Frequência (TF) empregados próprios + prestadores de serviços longo prazo	1,390	1,720	0,621	≤ 0,800
Taxa de Frequência (TF) prestadores de serviço curto prazo + obras em construção	1,640	0,630	0,787	≤ 2,400

Indicadores – Saúde e Segurança no Trabalho EGSD

Indicador	2019	2020	Meta 2020	Meta 2021
Taxa de Frequência (TF) empregados próprios	4,650	0,000	≤ 4,63	≤ 3,50
Taxa de Gravidade (TG) empregados próprios	0,302	0,000	≤ 0,069	Não há

Combate à Covid-19

Tão logo a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia, a Companhia acionou um Comitê de Crise, em 13 de março de 2020, composto pela Diretoria e por profissionais de diferentes áreas e regiões de atuação. Com o objetivo de avaliar impactos e medidas a serem adotadas – reativa ou proativamente – esse grupo passou a interagir de forma sistemática, lançando um olhar holístico e diverso sobre problemas e soluções.

Em relação aos colaboradores, uma das primeiras medidas orientadas pelo Comitê, e chanceladas pela alta administração, foi a adoção do trabalho em regime de *home office* para profissionais dedicados a atividades passíveis de execução nesse formato – a partir de 17 de março, como forma de redução de exposição de boa parte do corpo funcional. Cabe destacar que essa medida pode ser efetivada de forma ágil, sem necessidade de adaptações tecnológicas relevantes, em virtude dos esforços e investimentos em digitalização realizados há vários anos pela Companhia, como um dos pilares da estratégia corporativa.

Para os profissionais em que o trabalho remoto não era uma alternativa, como os envolvidos diretamente nas operações e manutenções essenciais, foram estabelecidos planos de diferentes graus de mitigação, contingência, confinamento e isolamento. Além disso, tomaram-se medidas para cuidados adicionais – como distanciamento físico entre os profissionais e a limpeza de equipamentos e instalações com maior frequência – tendo em vista a manutenção do fornecimento de energia, um serviço essencial à sociedade.

Ciente dos impactos psicossociais gerados por todo esse movimento, em que o tempo de resposta por parte da Companhia era curto, mas o período de adaptação de todos os profissionais e de suas famílias à nova realidade poderia ser longo, a Companhia procurou, de forma constante, instruir, monitorar e motivar os profissionais, em diversas iniciativas. Nesse sentido, um canal de atendimento à saúde foi disponibilizado para apoio integral a colaboradores e familiares – em caráter confidencial, gratuito e operando 24 horas por dia, sete dias por semana, por e-mail ou telefone.

Em outra frente, questionários semanais eram enviados aos colaboradores para identificar níveis de ansiedade, satisfação e engajamento. Os resultados eram compartilhados com todos e discutidos de forma coletiva, com abertura para a troca de impressões e sugestões entre colegas, aliados a conteúdos e palestras voltados a mitigar problemas recorrentes.

De forma gradual, com maior intensidade no segundo semestre, a Companhia foi reestabelecendo o retorno dos profissionais ao regime de trabalho presencial – colaboradores em grupo de risco permanecem em trabalho remoto ou afastados. Ao fim do ano, os profissionais trabalhavam presencialmente em sistema de rodízio, de forma que no máximo 30% da capacidade das áreas fosse ocupada – mantidos todos os cuidados de distanciamento e higiene rigorosa. Testes de Covid eram realizados quinzenalmente em colaboradores e prestadores de serviços – ao todo, foram mais de 59 mil testes realizados no ano.

Balço Social

1 – Base de cálculo	2020 (R\$ mil)				2019 (R\$ mil)			
Receita Líquida (RL)	12.259.159				9.804.478			
Resultado Operacional (RO)	3.687.128				3.087.937			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	206.622				194.608			
Valor Adicionado Total (VAT)	7.444.141				6.201.746			
2 – Indicadores sociais internos	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	27.632	13,37	0,23	0,37	19.011	9,77	0,19	0,31
Encargos sociais compulsórios	84.860	41,07	0,69	1,14	76.673	39,40	0,78	1,24
Previdência privada	44.784	21,67	0,37	0,60	38.635	19,85	0,39	0,62
Saúde	23.992	11,61	0,20	0,32	19.379	9,96	0,20	0,31
Segurança e saúde no trabalho	15.867	7,68	0,13	0,21	6.917	3,55	0,07	0,11
Educação	435	0,21	0,00	0,01	424	0,22	0,00	0,01
Cultura	22	0,01	0,00	0,00	28	0,01	0,00	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.344	1,13	0,02	0,03	5.725	2,94	0,06	0,09
Creches ou auxílio-creche	409	0,20	0,00	0,01	413	0,21	0,00	0,01
Esporte	511	0,25	0,00	0,01	560	0,29	0,01	0,01
Participação nos lucros ou resultados	66.511	32,19	0,54	0,89	49.669	25,52	0,51	0,80
Transporte	6.560	3,17	0,05	0,09	6.242	3,21	0,06	0,10
Outros	1.452	0,70	0,01	0,02	1.522	0,78	0,02	0,02
Total – Indicadores sociais internos	275.379	133,28	2,25	3,70	225.198	115,72	2,30	3,63
3 – Indicadores sociais externos	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	14	0,01	-	-	50	0,03	-	-
Cultura	11.101	5,37	0,09	0,15	11.539	5,93	0,12	0,19
Saúde e saneamento	4.284	2,07	0,03	0,06	5.312	2,73	0,05	0,09
Esporte	1.482	0,72	0,01	0,02	2.515	1,29	0,03	0,04
Outros	5.478	2,65	0,04	0,07	6.604	3,39	0,07	0,11
Total das contribuições para a sociedade	22.359	10,82	0,18	0,30	26.020	13,37	0,27	0,42
Tributos (excluídos encargos sociais)	2.134.548	1.033,07	17,41	28,67	2.081.252	1.069,46	21,23	33,56
Total – Indicadores sociais externos	2.156.907	1.043,89	17,59	28,97	2.107.272	1.082,83	21,49	33,98
4 – Indicadores ambientais	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
empresa								
Passivos e contingências ambientais	13.608	6,59	0,11	0,18	12.476	6,41	0,13	0,20
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	27.264	13,20	0,22	0,37	12.033	6,18	0,12	0,19
Outros	2.322	1,12	0,02	0,03	2.233	1,15	0,02	0,04
Total dos investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	43.194	1,17	0,35	0,58	26.742	0,87	0,27	0,43
4.2 – Investimentos em programas e/ou projetos externos								
Projetos de educação ambiental em comunidades	1.330	0,04	0,01	0,02	945	0,03	0,01	0,02
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	4.540	0,12	0,04	0,06	4.604	0,15	0,05	0,07
Outros	4.365	0,12	0,04	0,06	4.502	0,15	0,05	0,07
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	10.235	0,28	0,08	0,14	10.051	0,33	0,10	0,16
Total dos investimentos em meio ambiente (4.1 + 4.2)	53.429	1,45	0,44	0,72	36.793	1,19	0,38	0,59
Distribuição dos investimentos em meio ambiente	em mil R\$		% sobre total		em mil R\$		% sobre total	
Total dos investimentos em ações de prevenção ambiental	22.862		42,79		11.507		31,27	
Total dos investimentos em ações de manutenção ambiental	28.873		54,04		23.665		64,32	
Total dos investimentos em ações de compensação ambiental	1.694		3,17		1.621		4,41	
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade:	35				45			
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental determinadas administrativa e/ou judicialmente:	9,3				-			

5 – Indicadores do corpo funcional	2020 (em unidades)		2019 (em unidades)	
Número de empregados(as) no fim do período	1538		1.398	
Número de admissões durante o período	272		140	
Número de desligamentos durante o período	132		79	
Número de estagiários(as)	47		49	
Número de empregados por faixa etária:				
Menos de 30 anos	255		251	
Entre 30 e 50 anos	1066		929	
Mais de 50 anos	217		218	
Número e percentual de mulheres que trabalham na empresa	306 (19,9%)		267 (19,1%)	
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres	12,7%		13,2%	
Número e percentual de homens que trabalham na empresa	1.232 (80,1%)		1.131 (80,9%)	
Percentual de cargos de chefia ocupados por homens	87,3%		86,8%	
Número de negros(as) que trabalham na empresa	Não existe declaração formal por parte dos empregados		Não existe declaração formal por parte dos empregados	
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as)	Não existe declaração formal por parte dos empregados		Não existe declaração formal por parte dos empregados	
Número de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	53		44	
Proporção entre o maior salário pago pela empresa e a média salarial dos demais empregados	17%		17%	
6 – Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial	2020		2019	
Número total de acidentes de trabalho e de trajeto	ENGIE: 4 Prestadores de Serviços: 103		ENGIE: 7 Prestadores de Serviços: 55	
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() Direção		() Direção	
	() Direção e gerências		() Direção e gerências	
	(X) Todos(as) os(as) empregados(as)		(X) Todos(as) os(as) empregados(as)	
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() Direção e gerências		() Direção e gerências	
	() Todos(as) os(as) empregados(as)		() Todos(as) os(as) empregados(as)	
	(X) Todos(as) + CIPA		(X) Todos(as) + CIPA	
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() Não se envolve		() Não se envolve	
	(X) Segue as normas da OIT		(X) Segue as normas da OIT	
	() Incentiva e segue a OIT		() Incentiva e segue a OIT	
A previdência privada contempla:	() Direção		() Direção	
	() Direção e gerências		() Direção e gerências	
	(X) Todos(as) os(as) empregados(as)		(X) Todos(as) os(as) empregados(as)	
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() Direção		() Direção	
	() Direção e gerências		() Direção e gerências	
	(X) Todos(as) os(as) empregados(as)		(X) Todos(as) os(as) empregados(as)	
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() Não são considerados		() Não são considerados	
	() São sugeridos		() São sugeridos	
	(X) São exigidos		(X) São exigidos	
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() Não se envolve		() Não se envolve	
	(X) Apoia		(X) Apoia	
	() Organiza e incentiva		() Organiza e incentiva	
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	(0) Na empresa		(0) Na empresa	
	(N.A.) No Procon		(N.A.) No Procon	
	(0) Na Justiça		(0) Na Justiça	
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	7.444.141		6.201.746	
Distribuição do Valor Adicionado	em mil R\$	% sobre total	em mil R\$	% sobre total
Governo	3.024.354	40,6%	2.509.783	40,5%
Colaboradores(as)	361.756	4,9%	332.905	5,4%
Acionistas	2.622.280	35,2%	1.217.429	19,6%
Terceiros	1.260.763	16,9%	1.047.959	16,9%
Retido	174.988	2,4%	1.093.670	17,6%
7 – Outras Informações	2020		2019	
Consumo de água (água retirada da fonte – água devolvida)	9.871.120,28 m ³		8.613.378,12 m ³	
Consumo de energia elétrica	76,0 GWh		167,92 GWh	
Quantidade anual de resíduos gerados (evacuados)	2.556.216,47 ton		2.620.375,90 ton	
Quantidade anual de resíduos recuperados	2.121.417,59 ton		2.056.567,79 ton	

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relatório de Sustentabilidade

Informações complementares sobre os aspectos socioambientais da Companhia, bem como sobre questões relacionadas à geração de valor para os públicos de relacionamento, serão publicados no Relatório de Sustentabilidade da ENGIE Brasil Energia, a ser lançado em abril de 2021.

Exploração do trabalho infantil, forçado e compulsório e combate à discriminação

A ENGIE Brasil Energia não admite, em hipótese alguma, a exploração do trabalho infantil, forçado ou compulsório e reserva-se o direito de não contratar serviços ou ter relacionamento comercial com entidades que adotem essa prática, assumindo ainda o compromisso de denunciar aos órgãos competentes os casos que porventura vier a ter conhecimento.

A ENGIE Brasil Energia tem o respeito como um dos seus princípios éticos fundamentais. No que se refere aos direitos humanos, está permanentemente atenta a situações sensíveis que possam comprometer a execução de suas atividades, como, por exemplo, o relacionamento com as populações remanejadas.

Ainda neste contexto, cada empregado da ENGIE Brasil Energia deve se certificar de que não pratica qualquer discriminação por palavras ou atos, particularmente no que se refere à idade, gênero, origens étnicas, sociais ou culturais, religião, opiniões políticas ou sindicais, escolhas de vida pessoais, particularidades ou deficiências físicas.

Todos esses princípios e a conduta esperada de seus empregados, fornecedores e parceiros estão dispostos na Política de Direitos Humanos e no Código de Ética da ENGIE Brasil Energia, amplamente divulgados a todos os públicos em seu *website*.

Identificação do responsável pelas informações socioambientais e forma de contato

O coordenador do Fórum de Sustentabilidade é a pessoa responsável pelas informações socioambientais e o contato pode ser estabelecido por meio do e-mail: forumsustentabilidade.brenergia@engie.com

Auditores Independentes

De acordo com o Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a ENGIE Brasil Energia informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia e de suas controladas, prestou serviços não relacionados à auditoria independente em 2020.

Em 16.10.2020 a controlada direta da Companhia, Pampa Sul, contratou carta de conforto para emissão de instrumentos de dívida junto ao auditor independente - Deloitte. O serviço foi realizado durante 2020. Os honorários referentes a este serviço foram de R\$ 440 mil e representam 24,2% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2020.

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesse e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara, em atendimento ao Artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis contidas neste Relatório e opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes referente às mesmas.

A Administração